



EDITAL ALTERADO - Nº 22.15.01/CP

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída através da Portaria nº 362 de 02 de maio de 2022, sob a regência das disposições contidas neste Edital e da Lei 8.987/95 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão bem como a Lei Federal 8.666/93, e suas alterações e demais normas complementares pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação Pública, na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo **MAIOR OFERTA DE REPASSE**.

Objeto: Contratação de empresa especializada a outorga CONCESSÃO ONEROSA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E SIMILARES NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, OPERADOS EM REDE (ONLINE), E AINDA INTEGRADOS A OUTROS MEIOS DE ACESSO E USO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO, COMO MONITORES DA CONCESSIONÁRIA E PONTOS DE VENDA NO COMÉRCIO LOCAL PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, ALÉM DE APLICATIVO PARA USO DE SMARTPHONES (CELULAR) ANDROID OU IOS PELOS USUÁRIOS

Unidade Gestora: Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI

Critério de Julgamento: Maior Oferta de Repasse.

Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Data e Hora de Abertura: **26/12/2022, às 10:00 horas.**

Prazo de execução: 10 (dez) anos.

As informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Itapipoca, sito à Rua Anastácio Braga, Nº 195 – Centro, CEP: 62.508-545, Itapipoca (CE) de Segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, ou pelo telefone (88) 3631.5950 ramal 1078.

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A - Condições para competição, julgamento e adjudicação, em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

PARTE B - ANEXOS

Anexo I - Projeto Básico (Termo de Referência);

Anexo II - Roteiro Básico de Testes da Amostra;

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo IV – Minuta do Contrato.



DAS DEFINIÇÕES:

LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;

LICITANTE: Pessoa Jurídica que participa desta licitação;

HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, de cada Licitante; **ADJUDICATÁRIA:** Pessoa Jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;

CONCEDENTE/CONTRATANTE: O Município de Itapipoca que é signatário do instrumento contratual;

CONCESSÃO: É a delegação da prestação de serviço público feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

CONCESSIONÁRIA/CONTRATADA: Pessoa jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública; **FISCALIZAÇÃO/INTERVENIÊNCIA:** Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI, que é a entidade encarregada de acompanhar e fiscalizar o contrato;

USUÁRIO: Pessoa que utiliza o serviço público de Estacionamento Rotativo Zona Azul no Município de Itapipoca objeto da concessão;

CONTRATO: O instrumento unilateral de delegação da Concessão a ser assinado entre o Município de Itapipoca e a Concessionária;

CPL DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA: Comissão Permanente de Licitação que realizará os procedimentos de recebimento de envelopes, habilitação e de propostas referentes a esta licitação;

PMI: Prefeitura Municipal de Itapipoca

1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. A compra de "e-tíquetes" ou "talão eletrônico" corresponde a horas para utilização do sistema e deve ser feito pelo próprio usuário, conforme sua livre decisão na rede do comércio e de serviço da própria cidade, através de aplicativo disponibilizado aos usuários ou sítio eletrônico.

1.2. A operação do sistema seja por modalidade eletrônica, com operações integradas e simultâneas de venda, fiscalização e gestão de horas eletrônicas, com o pagamento das horas eletrônicas através do uso de "Equipamentos Eletrônicos Multi - vagas Emissoras de Tiquete de Estacionamento", através de aplicativo disponibilizado aos usuários ou sítio eletrônico.

1.3. Os serviços de gestão do sistema de estacionamento rotativo pago do Município serão concedidos pelo prazo de **10 (dez) anos**, prorrogáveis por iguais períodos, desde que demonstrada a efetiva vantagem ao **PODER CONCEDENTE** e a adequada prestação de serviços por parte da **CONCESSIONÁRIA**, a ser aferida por meio da análise do preenchimento das metas da concessão.

1.4. O monitoramento dos veículos estacionados no sistema será por modalidade eletrônica, através da consulta da placa do veículo em operações de monitoramento integradas e simultâneas, que deverá ser efetuada pela equipe de monitores contratados da própria Concessionária, aplicando o aviso de estacionamento do veículo em situação irregular.

1.5. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a elaboração de projeto, implantação e manutenção da sinalização vertical e sinalização horizontal demarcada, bem como da realização da identidade visual que será adotada para o sistema, das campanhas de orientação e de informações aos usuários.



- 1.6. Os veículos, de passeio ou de carga, caçambas de entulhos que vierem a ocupar, mais de uma vaga, ou não estiver estacionado em vagas destinadas a eles, desde que informado nas placas de sinalização vertical, serão considerados infratores, pois estão estacionando em desacordo, mesmo se adquiriram o e-tíquete em quantidade de ocupação para 01 (uma) ou 02 (duas) vagas, deverão receber o aviso de estacionamento de veículo em situação irregular.
- 1.7. As áreas demarcadas com sinalização de regulamentação para farmácia, hospitais, transporte de valores e outros, terão gratuidade, desde que justificadas e autorizadas pelo departamento municipal competente do poder concedente.
- 1.8. Operações de carga e descarga de mercadorias serão permitidas na área regulamentada, observando-se a regulamentação do local, mediante pagamento normal da tarifa e tempo máximo de utilização.
- 1.9. Estarão isentos do pagamento da tarifa, os veículos Oficiais da União, dos Estados e Municípios, veículos da própria Concessionária, quando em serviço e devidamente identificados e autorizados pelo departamento municipal competente do poder concedente.
- 1.10. Na hipótese de interrupção parcial ou total das vagas de estacionamento rotativo, objeto da presente concessão, para atos e eventos festivos cívicos, sociais, políticos, obras civis, entre outros, a Prefeitura do Município de **Itapipoca** comunicará expressamente a Concessionária com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.
- 1.11. A Concessionária deverá manter registro de todas as operações de entrada de valores do sistema. O mesmo se aplica às movimentações e utilização de outros meios de pagamento implantados no sistema, seguindo as regras do Anexo I - Termo de Referência.
- 1.12. As informações acima deverão estar disponíveis à Concedente, para fins de controle e de auditoria do sistema, sempre que solicitado expressamente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao da solicitação.
- 1.13. A Concedente deverá nomear um gestor que será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão-de-obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo. A critério da Concessionária, o responsável poderá deter senha de acesso ao software de controle do Sistema.
- 1.14. A CONCESSIONÁRIA deverá permitir acesso às suas dependências ou àquelas por ele utilizadas, aos servidores públicos incumbidos da fiscalização, bem como a qualquer outro que esteja credenciado pelo PODER CONCEDENTE.
- 1.15. Das atribuições da CONCESSIONÁRIA:
- 1.15.1. Fornecer, implantar e administrar o sistema informatizado, conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.15.2. Fornecer, implantar e administrar os meios de venda e de controle de horas eletrônicas na rede de postos autorizados nos estabelecimentos do comércio e de serviço da Cidade, controle conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.15.3. Fornecer equipamentos e/ou fornecer solução de integração nos equipamentos da Concedente, a implantação de sistema informatizado de gestão e monitoramento, para operação on-line, sobre a ocupação, utilização e status dos veículos que se encontram estacionados - conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.



- 1.15.4. Fornecer, implantar e administrar equipamentos tipo de terminal eletrônico para uso do monitor, destinado à verificação através das placas dos veículos estacionados na área de abrangência do estacionamento rotativo - conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA, e para aplicação da gestão, monitoramento e aplicação dos "Aviso de estacionamento do veículo em situação irregular", aos infratores e que deixarem de efetuar o pagamento das tarifas.
- 1.15.5. Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a elaboração de projeto, implantação e execução de campanhas educativas, objetivando o conhecimento e conscientização do cumprimento das normas e regras aos usuários.
- 1.15.6. Fornecer, implantar e administrar operação de monitoramento dos veículos estacionados na área de estacionamento rotativo, através da consulta da placa do veículo de forma integrada e simultânea, que deverá ser efetuada pela equipe de monitores contratados da própria Concessionária, aplicando Aviso de Estacionamento de Veículo em situação irregular aos infratores que deixarem de efetuar o pagamento das tarifas, com proporcionalidade de 01(um) monitor para cada 100 (cem) vagas, em média ponderada de todo o sistema, em razão das necessidades e particularidades de cada região/bairro.
- 1.15.7. Os serviços serão executados de acordo com as normas, especificações, projetos e demais elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura na pasta informativa desta licitação e na proposta licitada, naquilo em que não contrariar o edital, os quais ficarão fazendo parte integrante do contrato a ser ajustado com a vencedora, independentemente de transcrições.
- 1.15.8. O total estimado de vagas a serem implantadas será de 1.325 (mil trezentos e vinte e cinco) vagas, podendo variar de acordo com a sazonalidade em finais de semana, feriados e na temporada turística em Decreto a ser editado quando da emissão da Ordem de Serviço para operação.
- 1.15.9. A divulgação de Postos de Vendas Autorizados para comercialização à população de créditos eletrônicos para utilização das vagas de estacionamento rotativo pago, do aplicativo disponibilizado aos usuários e do sítio eletrônico.
- 1.15.10. A implantação e credenciamento de Postos de Venda Autorizados para comercialização de créditos de horas eletrônicas para utilização das vagas de estacionamento rotativo pago, em até 24h (vinte e quatro horas) dias úteis imediatamente após a contratação e seguirá a mesma proporcionalidade de tempo das etapas de implantação das vagas do sistema.
- 1.15.11. Antecedendo a entrada em operação deverá ser realizada, pela Concessionária, campanha de divulgação e esclarecimento à população, informando sobre o novo sistema, datas de início de funcionamento, formas de aquisição dos meios de pagamento, etc.; material que deverá ser aprovado pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI.
- 1.15.12. Ocorrendo necessidade de alteração do prazo, tal fato deverá ser objeto de comunicação expressa da Concessionária à Concedente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do fato gerador.
- 1.15.13. Salvo indicação em contrário, todos os dias deverão ser contados em dias corridos.
- 1.15.14. Os serviços ora licitados não incluem deveres de vigilância, de guarda ou de seguro patrimonial em relação aos veículos estacionados na Área de Estacionamento Rotativo Pago, seus acessórios ou bens neles deixados, bem como não incluem um dever de segurança pessoal de seus proprietários ou usuários.

2. INVESTIMENTOS E DISPOSIÇÕES:



2.1. Todos os custos de investimentos decorrentes da implantação dos sistemas correrão por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

2.1.1. Na ocorrência de qualquer dos casos de extinção da concessão previstos no contrato, ficam incorporados ao poder concedente todos os bens e direitos para possibilitar a assunção dos serviços, excluindo-se os veículos de apoio à fiscalização e os equipamentos e tecnologia patenteados pertencentes à Concessionária.

2.1.2. Na possibilidade de ocorrer à assunção dos serviços pelo poder concedente conforme mencionado no item anterior, à reversão só se efetivará após o pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a esses bens, ainda não amortizados ou depreciados pela Concessionária.

2.2. Não haverá despesas a serem suportadas pela **Concedente**.

2.3. O valor a ser recolhido em favor da prefeitura municipal de Itapipoca, será mediante emissão de DAM, que deverá ser pago até o 10º dia do mês, observando o valor ofertado neste pleito equivalente a um percentual do total da receita bruta auferida pela exploração do serviço e conforme estabelecido na Lei Municipal nº **070/2022** será repassado pela **CONCESSIONÁRIA** a **CONCEDENTE** mensalmente, em conta a ser indicada pela **CONCEDENTE**.

2.4. A Concessionária deverá administrar e garantir a gestão da operação do sistema, efetuando os controles conforme condições contidas no Anexo I - Termo de Referência.

2.5. O contrato de Concessão será gerenciado pela **Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI**.

2.6. O total de vagas a serem implantadas será de **1.325 (Mil trezentos e vinte e cinco)** vagas, tendo sua implantação efetivada em até **90 (noventa)** dias úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço feita pela concedente.

2.7. O horário de funcionamento das áreas de estacionamento, consideradas **ESTACIONAMENTO ROTATIVO**, funcionará no período compreendido entre às **07:00 às 18:00 horas (segunda a sexta)** e **07:00 às 13:00 (sábado)** podendo ser ampliadas de acordo com o perfil do local e dias da semana, incluindo sábado e domingo em determinados pontos turísticos da cidade determinados pelo **CONCEDENTE**.

2.8. O período de permanência máxima admitida na mesma vaga de estacionamento de veículos será de no máximo 02 (dois) períodos, independentes do tempo de permanência especificado na sinalização vertical da via de estacionamento rotativo das vagas do sistema.

2.9. Nos eventos em geral e shows, as vagas e os horários de funcionamento será estabelecido em Resolução específica a ser emitida pela Administração Municipal.

2.10. Considerando manter o princípio da maior rotatividade de vagas para possibilitar que um maior número de veículos utilize uma mesma vaga, e as características da cidade de **ITAPIPOCA/CE**, como também as normas estabelecidas pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito fica conceituado as áreas de estacionamento rotativo pago, de acordo com as características e finalidade, da forma abaixo descrita:

a) **ZONA AZUL**: são partes das vias urbanas em áreas industriais, comerciais ou residenciais. A utilização poderá ser durante dia e noite por hora de estacionamento regulamentado, podendo ser renovado por no máximo mais 01 (uma) hora na mesma vaga sendo vedado o estacionamento de motocicletas nas vagas destinadas a veículos.

b) **VAGAS ESPECIAIS DE ESTACIONAMENTO**: são estacionamentos estratégicos e necessários;

b.1) Vagas de estacionamento para veículo de pessoas portadoras de deficiências (PCD's), destinadas a veículos conduzidos ou conduzindo pessoa portadora de deficiência física, mediante pagamento de tarifa,



devendo o veículo estar devidamente identificado e com autorização conforme estabelece a resolução 304 de 18 de dezembro de 2.008 do CONTRAN -Conselho Nacional de Trânsito;

b.2) Vagas de estacionamento para veículo de idoso: destinadas a veículos conduzidos ou conduzindo idosos, devendo o veículo estar devidamente identificado e com autorização conforme estabelece a resolução 303, de 18 de dezembro de 2.008, do CONTRAN -Conselho Nacional de Trânsito;

c) **VEICULOS DE SERVIÇOS:** são os veículos a serviço do Poder Executivo e Legislativo do Município, do Estado e da União, desde que devidamente identificados;

d) **VEICULOS CRENDENCIADOS:** são os veículos utilizados pelos Oficiais de Justiça e servidores do Município, em serviço e dispendo em local visível no veículo a credencial que será expedida exclusivamente pela Diretoria do Departamento de Trânsito e Transportes;

d.1) **Serviços Essenciais e de Emergência:** hospitais, prontos socorros, farmácias e demais áreas a serem estabelecidas pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI, estas sempre com uso obrigatório do "pisca alerta" ativado, com período de tempo máximo de 15 (quinze) minutos, ou de acordo com o tempo determinado pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI, em Ordem de Serviço específica.

2.11. O valor da tarifa aplicada para vagas de veículo de até 05 (cinco) metros será de:

ZONA AZUL

A tarifa pública pela utilização da vaga será de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos por uma hora) para carros e R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos por hora) para motocicleta podendo chegar até 2 horas para ambos os casos, regulamentada pelo Poder Concedente, que passará a ser cobrada dos usuários do serviço público nas áreas regulamentadas

2.12. A implantação do sistema deverá ser iniciada em até 90 (noventa) dias úteis contados de cada emissão de Ordem de Serviço da Concedente.

3. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

3.1. RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1.1. Não poderá participar empresa declarada inidônea em todas as esferas administrativas ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.1.2. Não poderá participar empresa com falência decretada.

3.1.3. Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas.

3.1.4. Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar da presente Licitação qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada na execução do objeto do presente certame licitatório, ou em similar em seu País de origem e que satisfaça a todas as exigências do presente edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes do presente Edital.



5. DOS ENVELOPES:

5.1. A documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas simultaneamente à Comissão Permanente de Licitação, em envelopes distintos, opacos e fechados, no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, conforme descrição a seguir:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº _____
PROPONENTE:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº _____
PROPONENTE:

5.2. É obrigatória a assinatura do responsável pela PROPONENTE na PROPOSTA COMERCIAL;

5.3. Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da licitante com poderes de representação legal, através de Procuração pública ou particular, sendo esta última específica para a presente licitação com firma reconhecida em cartório, constituindo o representante, acompanhada de cópia do ato de investidura (ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor) do outorgante que declare expressamente seus poderes para a devida outorga ou outro instrumento que comprove a capacidade de representação da empresa compatível com a prática dos atos necessários a esta licitação. Quando o representante for titular da empresa deverá entregar o original ou cópia autenticada do documento que comprove tal condição (Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor). A não apresentação não implicará em inabilitação. No entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da licitante, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que deverá apresentar cópia do contrato social e documento de identidade.

5.4. Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços de mais de uma licitante. Porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto à Comissão, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

5.5 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "01":

5.5.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

- Em publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada.
- Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa se expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.



c) Rubricados e numerados sequencialmente, na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato. A inobservância deste item não causará inabilitação.

5.6 OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONSISTIRÃO DE:

5.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.6.1.1. Cópia de documento oficial de identificação do representante da empresa, válido na forma da lei.

5.6.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos ou último aditivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

5.6.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes junto ao ISS ou CGF, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante;

5.7.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n° 1.751, de 02/10/2014;

5.7.4. Certidão Negativa de Débito com o Estado do domicílio ou sede da licitante;

5.7.5. Certidão Negativa de Débito com o Município do domicílio ou sede da licitante;

5.7.6. Certificado de Regularidade com o FGTS;

5.7.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

5.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.8.1 - Comprovação de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Competente: Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede do licitante e que conste responsável (eis) técnico (s);

5.8.2 Comprovação de Registro ou inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Profissional Respetivo: CAU ou CREA;

5.8.3 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da LICITANTE, que comprove a experiência da LICITANTE em correspondente no mínimo 50% vagas comprovando a experiência anterior em áreas, vias e logradouros públicos compatíveis e pertinentes com o objeto licitado, além dos seguintes serviços, considerados de maior relevância para o certame:

- Implantação de sinalização vertical e horizontal em vias em logradouros públicos municipais.



- Implantação, manutenção e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas de estacionamento rotativo em logradouros públicos.

5.8.4 Para fins do atendimento dos quantitativos previstos neste subitem será admitida a somatória de atestados.

5.8.5. Comprovação de a empresa licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a abertura desta licitação, profissional (is) de nível superior ou outros reconhecido pelo CREA e/ou CAU, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado na entidade competente da região, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove o(s) profissional(is) ter executado serviços para pessoa jurídica de direito público ou privado. A comprovação da relação jurídica mantida com o(s) profissional(s) em nome do(s) qual(is) o(s) Acervo(s) Técnico(s) foram emitidos poderá ser feita por meio de cópia autenticada de:

- a) Carteira de Trabalho e previdência social - CTPS do empregado, contendo a qualificação e o registro do empregado;
- b) Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c) Comprovante de vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado.

5.8.6. Não serão aceitos atestados ou contratos de demonstração ou testes.

5.8.7. O licitante deverá apresentar declaração expressa assinada pelo(s) responsável(is) Técnico(s) , informando que o(s) mesmo(s) concordam com a inclusão de seus(s) nome(s) na participação permanente dos serviços na condição de profissional(is) responsável(s) técnico(s).

5.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.9.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, acompanhado dos termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente;

5.9.2. Certidão Negativa de falência ou concordata (recuperação judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não especificando em seu corpo o prazo de validade, a certidão deverá ter sido emitida em data não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura da licitação;

5.9.3 Comprovação de capital social mínimo de 10% (cinco por cento) do valor estimado da arrecadação durante o período de 10 (dez) anos, podendo, entretanto, a comprovação ser realizada através de qualquer documento que conste o valor do capital social da empresa licitante.



5.9.3.1. O valor global estimado de arrecadação durante o período de 10 (dez) anos é de R\$ 13.789.440,00 (TREZE MILHÕES SETECENTOS E OITENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).

5.10. DECLARAÇÕES:

5.10.1. Declaração assinada pelo representante legal atestando que a empresa atenderá as exigências mínimas relativas à implantação das instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, essencial para o cumprimento do objeto da licitação.

5.10.2. Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE "02":

6.1. As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma, preenchidas em 01 (uma) via datilografada/digitada ou impressa por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope lacrado;

6.2. As propostas de preços deverão, ainda, conter:

6.2.1. A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

6.2.2. Assinatura do Representante Legal;

6.2.3. Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

6.2.4. Valor total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão de obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Edital;

6.2.5. A Licitante deverá apresentar o detalhamento dos custos e investimentos envolvidos na composição do preço do serviço, através de planilha de detalhamento de custos e investimentos e devido fluxo de caixa junto à proposta.

6.2.6. A licitante deverá apresentar Descritivo Completo dos sistemas ofertados, demonstrando o atendimento por completo de todos os requisitos técnicos mínimos e obrigatórios descritos neste Edital e seus Anexos. A não apresentação do descritivo completo ou a apresentação de cópia simples do Anexo I, a Licitante será desclassificada.

6.2.7. A PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter o valor referente à OUTORGA FIXA MENSAL de no mínimo 15% do faturamento bruto mensal.

6.2.8. Os valores a serem repassados mensalmente à CONCEDENTE incidirão sob o faturamento bruto arrecadado.

6.3. PROVA DE CONCEITO

6.3.1. A empresa detentora da proposta de menor valor, declarada como primeira colocada provisoriamente, deverá agendar junto Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI apresentação imediatamente a amostra da solução completa, conforme especificado no Termo de Referência. A avaliação da solução será realizada pela equipe técnica e/ou pessoa a ser delegada pelo órgão licitador, que



conduzirá a aferição do atendimento integral as especificações, regras e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Ao final da avaliação da amostra será emitido relatório técnico, de conformidade ou não conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência.

6.3.2. Durante o processo de demonstração de todos os módulos do sistema integrado de gestão pública, serão verificadas as funcionalidades e sua conformidade com as exigências descritas no Termo de Referência.

6.3.3. Não sendo atendidas todas as exigências técnicas estabelecidas no edital e seus anexos pela empresa primeira colocada provisória, esta será desclassificada, devendo-se, em ato contínuo, convocar-se a próxima colocada para demonstração da solução, e assim sucessivamente, até que todas as exigências contidas no Termo de Referência sejam devidamente atendidas, sendo o respectivo licitante declarado primeiro colocado.

7. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO:

7.1. A presente Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

7.2. Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos;

7.3. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão Permanente de Licitação deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata;

7.4. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta;

7.5. Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão Permanente de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe o art. 43 da Lei de Licitações;

7.6. O recebimento dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços serão realizadas simultaneamente em ato público, no dia, hora e local previsto neste Edital;

7.7. Os Membros da Comissão Permanente de Licitação e os licitantes credenciados examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços apresentados;

7.8. Recebidos os Envelopes "01" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e "02" PROPOSTAS DE PREÇOS, proceder-se-á com a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação;

7.9. A Comissão Permanente de Licitação poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;

7.10. Decorridos 60 (sessenta) dias da contratação, os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" lacrados ficarão a disposição dos licitantes;

7.11. A abertura das Propostas de Preços das licitantes habilitadas, que serão examinadas pela Comissão e pelas licitantes presentes;

7.12. Divulgação do resultado do julgamento das Propostas de Preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei no 8.666/93;

7.13. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.



8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

A) - AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "01":

- 8.1. Compete exclusivamente à Comissão avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada proponente e a exequibilidade das propostas apresentadas;
- 8.2. A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências pertinentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e à Qualificação Econômica e Financeira;

B) AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE "02":

- 8.3. A presente licitação será julgada pelo critério MAIOR OFERTA DE REPASSE corolário do menor preço global, conforme inciso I, §1 do art. 45 da Lei das Licitações;
- 8.4. Serão desclassificadas as propostas:
- 8.4.1. Que não atenderem as especificações deste Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA;
- 8.4.2. Que apresentarem oferta percentual inferior à oferta mínima constante no Anexo I do projeto básico (termo de referência);
- 8.4.3. Que apresentarem condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste;
- 8.4.4. Na proposta prevalecerão, em caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, estes últimos;
- 8.4.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta CONCORRÊNCIA PÚBLICA, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- 8.4.6. Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente, configurado nas Propostas de Preços das proponentes, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta;
- 8.4.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, vedado outro processo;
- 8.4.8. Será declarada vencedora a proposta de MAIOR OFERTA DE REPASSE entre as licitantes classificadas;
- 8.4.9. De conformidade com o parecer da Comissão Permanente de Licitação, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação.

9. DO REPASSE

- 9.1. Não será aceito percentual de repasse inferior a 15 % (quinze por cento), aplicado sobre o resultado bruto da operação.
- 9.2. A remuneração da CONCEDENTE pela outorga da concessão dos serviços pela CONCESSIONARIA deverá ocorrer mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, e corresponderá ao valor obtido pelo cálculo do percentual da proposta vencedora sobre a arrecadação bruta obtida no mês imediatamente anterior ao da remuneração.



9.3. No valor acima estão inclusos os valores referentes à cobrança de ISS, através da apresentação de relatórios de demonstração de resultados e recebimentos de valores dos serviços executados pela empresa, em que haja incidência do referido imposto.

9.4. O relatório a que se refere o item anterior deverá ser entregue mensalmente a **Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI**, para análise e constatação dos valores a serem pagos pela CONCESSIONARIA.

10. DA COMPROVAÇÃO DE VIABILIDADE DA OPERAÇÃO

10.1. A viabilidade operacional e financeira da concessão segue conforme detalhado no Termo de referência.

11. DA TARIFA PÚBLICA

11.1. A tarifa pública pela utilização da vaga será de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos por uma hora) para carros e R\$0,75 (setenta e cinco centavos por hora) para motocicleta podendo chegar até 2 horas para ambos os casos, regulamentada pelo Poder Concedente, que passará a ser cobrada dos usuários do serviço público nas áreas regulamentadas.

11.2. A tarifa pública vigente poderá ser alterada, revista ou reajustada, mediante estudos efetuados pelo PODER CONCEDENTE, por meio de seus órgãos técnicos, nos termos do que dispõe a legislação vigente (**Lei Nº 104/2021 e Decreto municipal Nº 070/2022**) e nos termos e procedimentos do **CONTRATO DE CONCESSÃO (Anexo IV deste edital)**.

11.3. Para o pagamento da tarifa, a CONCESSIONÁRIA está obrigada a respeitar as isenções legais.

11.4. O percentual destinado ao Município de ITAPIPOCA/CE para os serviços outorgados deverá ser repassado mensalmente, através de emissão de DAM, que deverá ser pago até o 10º dia do mês, observando o valor ofertado neste pleito equivalente a um percentual do total da receita bruta auferida pela exploração do serviço e conforme estabelecido na Lei Municipal nº **070/2022** será repassado pela **CONCESSIONÁRIA a CONCEDENTE** mensalmente, através de DAM a ser emitido pela **CONCEDENTE**

11.5. A Concessionária deverá disponibilizar para a **Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI** de forma on-line e a qualquer momento através do sistema a possibilidade de emissão de relatórios dos valores auferidos dos créditos utilizados/estacionados com base na leitura e emissão de comprovantes de estacionamento adquiridos pelos sistemas.

11.6. A revisão do valor da tarifa se dará por iniciativa do Poder Concedente, por solicitação da Concessionária, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, observando-se o seguinte:

11.7. As tarifas unitárias terão 02 (dois) dígitos após a vírgula, devendo o último dígito sofrer arredondamento para mais ou para menos, obedecendo ao seguinte critério:

De 0 a 5 arredondamento para zero;

Acima de 5 arredondamento para a unidade seguinte.

11.8. O preço da tarifa será reajustado anualmente e automaticamente aplicando a fórmula de reajuste abaixo:

$$VT = 0,70 \times IPC + 0,30 \times IC$$



Onde:

VT = Valor de tarifa;

IPC = Índice de variação anual do piso salarial da categoria;

IC= Índice de Correção onde será considerada a variação anual do IGPM.

11.9. Quando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão for provocado pela ocorrência de fatos ou eventos supervenientes e imprevisíveis que alterem as condições iniciais da prestação dos serviços, a revisão se fará após a comprovação de que tal ocorrência guarda relação com as alterações verificadas.

11.10. Não terá lugar à revisão de tarifas quando a justificativa do pedido de revisão que se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da Proposta Financeira.

11.11. Poderá o Poder Concedente autorizado a reduzir o valor do repasse relativo ao ônus da concessão, visando o estabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, caso os reajustes necessários venham a elevar significativamente o valor das tarifas aos usuários, visando à modicidade das tarifas.

11.12. A revisão do valor das tarifas unitárias poderá ocorrer sempre que haja uma quebra no equilíbrio econômico-financeiro da concessão, observando-se o seguinte:

11.12.1. A modificação das condições regulamentares do serviço que implique aumento dos encargos da Concessionária corresponderá à revisão das tarifas, na mesma proporção do percentual ofertado.

11.12.2. Quando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão for provocado pela ocorrência de fatos ou eventos supervenientes e imprevisíveis que alterem as condições iniciais da prestação dos serviços, a revisão se fará após a comprovação de que tal ocorrência implicou nas alterações verificadas.

11.12.3. A Concessionária poderá viabilizar como fonte de receitas alternativas a comercialização dos espaços reservados para sinalização do Sistema, bem como os espaços não utilizados nos cartões e/ou demais meios e comprovantes da operação, para realizações de promoções e propaganda para si ou para terceiros, devendo esta verba, quando advinda, integrar os demonstrativos financeiros do Sistema, incidindo sobre estas receitas o percentual proposto pela licitante.

11.12.4. A Concessionária poderá explorar as áreas e demais serviços para comercialização de espaços publicitários.

12. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

12.1. A Homologação e a Adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor serão efetivadas mediante termo circunstanciado, pela Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMTI, obedecida a ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

13. DO CONTRATO:

13.1. Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta do anexo (ANEXO IV) ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora;

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades legalmente estabelecidas.



13.3. Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seu Anexo, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório;

13.4. O prazo de convocação a que se refere o subitem 13.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

13.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo à ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.6. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do CONTRATO a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE a comprovação de que prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, referentemente às obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do **Valor do contrato dos 10 anos**.

13.7. Quando em dinheiro, deverá ser apresentada em moeda nacional (Real) ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional.

13.8. Quando representada por títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual, liquidez e valor.

13.9. Quando em seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e as apólices deverão estar acompanhadas da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época da apresentação, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

13.9.1. Quando na modalidade de fiança bancária, deverá ter sido emitida por instituição bancária autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil.

13.10. A garantia deverá ser prestada em real, e seu valor será atualizado, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na Cláusula de Reajuste da minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO.

13.11. A Concessionária obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo da garantia oferecida, caso expire a validade da mesma antes do encerramento do contrato.

13.12. A devolução da garantia ofertada será procedida após o encerramento do contrato, desde que restarem cumpridas todas as obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades supervenientes.

13.13. A devolução da garantia não isentará a futura Concessionária quanto as responsabilidades que lhe couberem, segundo as prescrições do artigo 618 do código civil.

13.14. Havendo recusa ou o não comparecimento da licitante vencedora para assinar o contrato de Concessão, no prazo estabelecido, fica facultado à Administração convocar a licitante classificada em segundo (2º) lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira (1ª) classificada.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Serão utilizados no sistema, para o pagamento da utilização das vagas de estacionamento:

14.1.1. Moeda em espécie em circulação no país nos Postos de Venda Autorizados e/ou pela internet;

14.1.2. Via cartão de crédito, débito e/ou boleto bancário por conveniência e custeio dos Postos de Venda Autorizados e/ou pela internet.



14.2. A Concessionária será responsável pela produção, distribuição, divulgação e comercialização dos meios de comprovação e de pagamento eletrônicos, a serem utilizados no sistema e deverá introduzi-los no mercado em quantidade suficiente para o atendimento da demanda existente.

14.2.1. A responsabilidade descrita no item 14.1 estende-se também para os novos meios de pagamento ou comprovantes de aquisição de tempo de estacionamento, que venham a ser futuramente admitidos no sistema.

14.3. A Concessionária é responsável pela integridade e guarda dos meios de pagamento descrito na presente cláusula.

14.4. A propaganda de caráter comercial poderá, mediante anuência expressa da Concedente, ser veiculada a partir de Contrato a ser firmado entre a empresa interessada e a Concessionária.

15. DO CONTROLE DE MATERIAIS

15.1. Os equipamentos a serem instalados e materiais utilizados no sistema de estacionamento rotativo deverão ser de propriedade e custeio total da Concessionária, e deverão ser novos e estarão sujeitos à inspeção e testes de fabricação.

15.2. Os equipamentos e materiais de propriedade e custeio total da Concessionária a serem utilizados nas implantações e instalações deverão ser armazenados de maneira adequada, para que sejam preservadas as suas propriedades e qualidades.

16. DO PRAZO DA CONCESSÃO:

16.1. O prazo da concessão objeto da presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA será de **10 (dez) anos**, a contar da assinatura do instrumento de contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que demonstrada a efetiva vantagem ao PODER CONCEDENTE e a adequada prestação de serviços por parte da CONCESSIONÁRIA, a ser aferida por meio da análise do preenchimento das metas da concessão.

16.2. As metas da concessão compreendem o atendimento dos indicadores de qualidade estabelecidos no Contrato de Concessão.

16.3. O prazo para início da operação do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Itapipoca/CE será de até **90 (noventa) dias**, contados da data da assinatura do contrato de concessão, incluindo-se neste prazo a implantação dos equipamentos, a formação de equipes, a sinalização horizontal e vertical, demais componentes e infraestrutura, o treinamento de pessoal e a divulgação ao público.

16.4. O prazo de execução deste objeto será conforme ANEXO I - Projeto Básico e Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/CONCEDENTE:

17.1. São obrigações e deveres da CONCESSIONÁRIA:

- a) Facilitar a atuação da fiscalização, prestando colaboração plena;
- b) Não exceder os prazos para início da execução dos serviços;
- c) Cumprir as disposições contratuais evitando o descumprimento das especificações e parâmetros de quantidades e de qualidade na prestação dos serviços.
- d) Atender as metas de expansão estabelecidas e aprovadas pela Concedente, inclusive quanto aos prazos estipulados;
- e) Não interromper por período superior a 24h, a operação, total ou parcial, dos serviços de estacionamento de qualquer área sob seu controle;



- f) Prestar informações de forma a não omitir dados e/ou fatos que tragam impedimento, ônus adicional ou dificuldade ao exercício da atividade fiscal da CONCEDENTE prevista no respectivo Termo de Concessão;
- g) Zelar pela boa disciplina de seus empregados em serviço, mantendo-os uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções;
- h) Serviço de campanha publicitária junto à população, no sentido de orientação aos usuários para a perfeita utilização dos equipamentos, assim como a demonstração das facilidades para compra dos meios para utilização dos mesmos e a contribuição para a ordenação do trânsito;
- i) Os funcionários da CONCESSIONÁRIA que exercerem atividades junto ao público deverão ser mantidos em número compatível ao número de vagas rotativas disponíveis, obedecendo a proporção mínima de 1 (um) monitor(a) para cada 100 (cem) vagas. A equipe da Concessionária deverá conduzir-se sempre com atenção e urbanidade, corretamente uniformizados e identificados, prestar informações necessárias aos usuários e colaborar com os agentes da municipalidade responsáveis pela fiscalização;
- j) Ministrará treinamento à equipe da Coordenadoria Municipal de Trânsito quanto ao uso dos softwares e equipamentos de controle de estacionamento, ofertando inclusive material didático;
- k) Manter o escritório na cidade, com telefone, fax, internet, para o funcionamento do setor administrativo, financeiro, operacional, atendimento ao público (central de atendimento);
- l) Assumir por sua conta e encargo, todas as despesas com a contratação de pessoal, inclusive recolhimentos previdenciários, fiscais, trabalhistas e tributários, regidas pelas disposições de direito privado, não se estabelecendo em qualquer hipótese relação entre os terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE;
- m) Assumir todos os ônus referentes a compra, implantação, execução, manutenção, sinalização, divulgação e equipamentos necessários ao Sistema de Estacionamento Rotativo;
- n) Realizar mensalmente, sem atraso, até a data limite do dia 10 de cada mês o Repasse Mensal pela Outorga da Concessão ao Município referente ao mês anterior, em conta exclusiva, conforme percentual proposto no certame, acompanhados dos respectivos relatórios detalhados.
- o) Prestar esclarecimentos a CONCEDENTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONCESSIONÁRIA, independentemente de solicitação;
- p) Manter, durante a execução da concessão, todas as condições de habilitação exigidas no certame;
- q) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;
- r) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta concorrência, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- s) Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;
- t) Apresentar, quando solicitado pela CONCEDENTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;



u) Indicar um responsável técnico (RT) pelos serviços, que deverá, necessariamente, ser de nível superior, registrado no CREA ou CAU, com formação compatível com os concernentes do objeto da presente licitação;

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA:

18.1. São obrigações e deveres da CONCEDENTE:

- a) Fiscalizar os serviços, podendo exigir, a qualquer tempo, a comprovação do andamento do mesmo, em conformidade com os prazos estabelecidos;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais;
- c) Homologar reajustes e proceder à revisão do preço público na forma prescrita em lei, nas normas pertinentes e no Termo de Concessão;
- d) Efetuar a fiscalização do serviço contratado, por meios próprios, visando manter boa taxa de respeito ao Rotativo;
- e) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- f) Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos deste contrato, adotando e tomando todas as providências necessárias;
- g) Responsabilizar-se, diretamente, pela fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo, de forma a assegurar as punições previstas em lei, aos usuários infratores, aplicando-lhes autuações e multas correspondentes às infrações cometidas;
- h) Zelar pela boa qualidade dos serviços, recebendo, apurando e solucionando queixas e reclamações endereçadas a Concessionária por usuários, não atendidas pela mesma, certificando-se, em até 30 dias, das providências a serem tomadas;
- i) Extinguir a concessão nos casos previstos em Lei e na forma prevista na concessão;
- j) Comunicar com, no mínimo, 72 horas de antecedência à CONCESSIONÁRIA, as possíveis alterações no horário de funcionamento do Estacionamento Rotativo, proporcionando condições operacionais à mudança;
- k) Acompanhar e fiscalizar os serviços, a fim de assegurar sua regularidade e fiel cumprimento das obrigações assumidas.

19. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS:

- 19.1. Receber serviço adequado;
- 19.2. Receber do poder concedente e da concessionária, informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- 19.3. Levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- 19.4. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;
- 19.5. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

20. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:



20.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

21. PENALIDADES:

21.1. A recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o Contrato de Concessão de Serviço Público, aceitá-lo ou retirá-lo dentro do prazo de vigência da proposta, caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas, ficando a mesma, sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total proposto, atualizado pela variação do IPCA/IBGE.

21.2. Pela inexecução total ou parcial por parte da LICITANTE VENCEDORA, além das medidas e penalidades previstas no contrato de concessão de serviço público, deverá a mesma sujeitar-se ao pagamento das seguintes multas:

21.2.1. Pagamento de 1% (um por cento) do valor ajustado no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade.

21.2.2. Pagamento de 0,1% (um décimo por cento) do valor ajustado, nos seguintes casos:

a) por dia de atraso no início da sua execução, sem motivos justificativos e aceitos pela Prefeitura de Itapipoca/CE.

b) por dia de paralisação da sua execução, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Prefeitura de Itapipoca/CE.

21.3. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a LICITANTE VENCEDORA às demais penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/1990.

21.4. Fica a LICITANTE VENCEDORA isenta de quaisquer multas e/ou penalidades, no caso de paralisação da operação e execução total e/ou parcial da operação, por motivos fortuitos e/ou de força maior, com notoriedade pública de falhas na conexão de internet, rede de telefonia fixa e/ou celular, e outras falhas de conexão.

21.5. Na hipótese de se tornar impossível a execução do contrato pela CONCESSIONÁRIA em função de eventual perda/esvaziamento do objeto do processo licitatório por ato do Poder Concedente, fica esse obrigado a indenizar a CONCESSIONÁRIA pelo período não utilizado dos serviços objeto desta licitação.

21.6. À CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e regulamentações atualizadas, assegurados o contraditório, a prévia e ampla defesa.

21.7. Conforme a natureza da falta, serão aplicadas a CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades:

21.7.1. Multa;

21.7.2. Advertência;

21.7.3. Caducidade da Concessão.

21.8. O cometimento simultâneo, de duas (2) ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-á penalidade correspondente a cada uma delas.

21.9. A pena de multa será aplicada sempre que alguma infração à legislação vigente for cometida pela CONCESSIONÁRIA, variando os valores impostos em face da gravidade das infrações.



21.10. A pena de advertência será imposta por escrito, em casos de reiterada desobediência às disposições do Contrato de Concessão e das determinações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo da aplicação da multa correspondente.

21.11. A inexecução total ou parcial do Contrato de Concessão acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, na caducidade da Concessão, podendo ainda ser declarada quando:

21.11.1. Caso a CONCESSIONÁRIA seja condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

21.11.2. Caso a CONCESSIONÁRIA não atenda a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço.

21.11.3. Caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra reiteradamente as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos, notadamente o pagamento das multas aplicadas.

21.11.4. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a transferir a CONCESSÃO, objeto desta licitação, sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE.

21.11.5. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha perdido a capacidade financeira, operacional e administrativa.

21.11.6. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a prestar os serviços de forma inadequada e deficiente, observados os critérios e cláusulas contratuais.

21.11.7. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a descumprir reiteradamente as cláusulas regulamentares e contratuais concernentes à CONCESSÃO.

21.11.8. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a paralisar o serviço ou venha a concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

21.12. Anteriormente à aplicação de quaisquer penalidades será assegurada à empresa CONCESSIONÁRIA a garantia ao contraditório e à ampla defesa.

22. REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO:

22.1. O Município de Itapipoca/CE poderá revogar a Concessão nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei que regula os procedimentos licitatórios (Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas posteriores alterações), no que couber, sem que tal ato gere qualquer direito à indenização pela Prefeitura de Itapipoca/CE, também nos seguintes casos:

- a) na ocorrência de dolo, culpa simulação ou fraude na execução da concessão;
- b) pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas avençadas ou pelo seu cumprimento irregular;
- c) quando, pelas reiteradas impugnações feitas pelo Município de Itapipoca/CE, ficar evidenciada a incapacidade da LICITANTE VENCEDORA para dar execução à concessão ou para prosseguir na sua execução;
- d) se a LICITANTE VENCEDORA transferir a concessão, no todo ou em parte sem prévia comunicação à Concessionária;
- e) na ocorrência de protestos de títulos ou na emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterize a insolvência da CONCESSIONÁRIA e;
- f) por acordo mútuo ou por razões de exclusivo interesse da Administração.

23. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO:

23.1. Extingue-se a CONCESSÃO por:

23.1.1. Término do prazo da CONCESSÃO;



- 23.1.2. Encampação;
- 23.1.3. Caducidade da Concessão, pelo descumprimento das normas contratuais pela CONCESSIONÁRIA;
- 23.1.4. Rescisão;
- 23.1.5. Anulação;
- 23.1.6. Falência ou extinção da empresa CONCESSIONÁRIA;
- 23.2. No processo de extinção da concessão serão observadas as disposições da Lei Federal nº 8.987/95, respeitadas as disposições contratuais e as garantias ao contraditório e à ampla defesa.
- 23.3. Extinta a concessão serão revertidos ao PODER CONCEDENTE todos os bens indicados no item 24 deste Edital.

24. DOS BENS REVERSÍVEIS E DESAPROPRIAÇÕES

- 24.1. Constituem bens reversíveis da Concessão:
 - 24.1.1. A sinalização vertical e horizontal implantada no sistema;
 - 24.1.2. Outros bens, que, na forma do Contrato de Concessão, venham a ser definidos como bens reversíveis.

25. DA SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 25.1. A Concedente deverá nomear um gestor que será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão de obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo. O critério da Concessionária, o gestor do contrato poderá deter senha de acesso ao software de controle do Sistema.

26. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 26.1. Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o Art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 26.2. Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente, dirigida à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE;
- 26.3. Os recursos serão protocolados na Comissão Permanente de Licitação de Itapipoca/CE ou encaminhado por meio eletrônico, através do e-mail: licitação@itapipoca.ce.gov.br, no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 27.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta CONCORRÊNCIA PÚBLICA;
- 27.2. Esta licitação poderá ser em caso de feriado, transferida para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local;
- 27.3. O presente edital poderá ser adquirido na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Anastácio Braga Nº195 – Centro, CEP: 62.508-545, Itapipoca (CE);



27.4. Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE, durante o período de Segunda a Sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, nos dias úteis;

27.5. O local da sessão poderá sofrer alterações, em função, principalmente da necessidade e conveniência de melhor acomodação, sobretudo, dos participantes, que serão tempestivamente comunicados;

27.6. Conforme a legislação em vigor, esta licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA poderá ser:

- a) anulada, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;
- b) revogada, por conveniência da Administração, decorrente de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato;

27.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação nos termos da legislação pertinente.

28. DO FORO:

28.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapipoca, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ITAPIPOCA - CE, 07 DE NOVEMBRO DE 2022.



Edivar Azevedo Rocha

Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte – AMTI



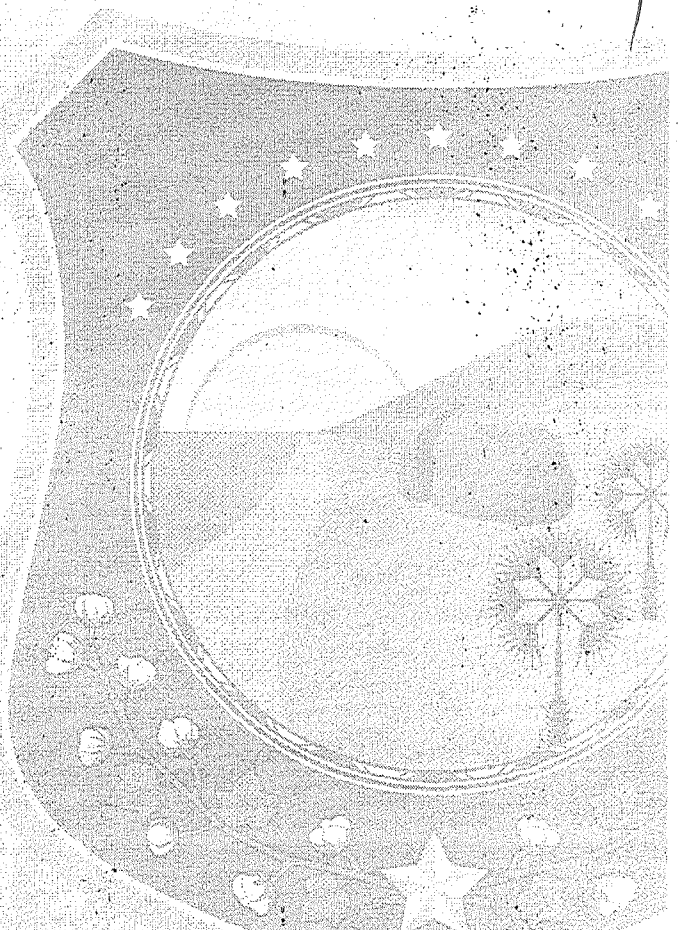
PREFEITURA DE
Itapipoca
Pra frente, pra gente.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(PROJETO BÁSICO)





PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada a outorga CONCESSÃO ONEROSA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E SIMILARES NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, OPERADOS EM REDE (ONLINE), E AINDA INTEGRADOS A OUTROS MEIOS DE ACESSO E USO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO, COMO MONITORES DA CONCESSIONÁRIA E PONTOS DE VENDA NO COMÉRCIO LOCAL PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, ALÉM DE APLICATIVO PARA USO DE SMARTPHONES (CELULAR) ANDROID OU IOS PELOS USUÁRIOS

- 1.1.1. A execução do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO envolverá o cumprimento das obrigações e a realização das atividades previstas em todos os anexos e Termo de Referência do Edital, em especial:
- I. O fornecimento é a implantação de Sistema de Estacionamento Rotativo que deverá ser realizado exclusivamente por meio de sistema eletrônico que permita em tempo real, o controle da arrecadação, aferição da receita, controle sobre ocupação das vagas individualmente;
 - II. A administração, manutenção e conservação das VAGAS;
 - III. A implantação, requalificação, modernização, conservação da sinalização vertical e horizontal das vagas e sua manutenção de acordo com as especificações técnicas dos anexos do Edital;
 - IV. A incorporação de novas tecnologias que facilitem a operacionalização do sistema;
 - V. Disponibilizar CENTRAL FÍSICA (escritório sede no Município de Itapipoca/CE) de controle da utilização e funcionamento do sistema;
 - VI. Divulgação por meio de campanhas educativas aos usuários quanto à utilização/implantação do Sistema do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO.

1.2. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Possibilitará os usuários dos veículos melhores condições de estacionamento na via pública e garantir uma melhor circulação de pessoas e mercadorias, é objetivo do gerenciamento do trânsito da cidade de Itapipoca/CE.

A necessidade de estacionamento em via pública em determinadas regiões das cidades (centros comerciais) ao longo dos anos tem sido maior do que a oferta em praticamente todas as cidades do país e Itapipoca/CE encontram-se exatamente nesta situação.

O estacionamento rotativo em vias públicas é uma importante ferramenta de gestão de trânsito, organizando de forma eficiente o uso do solo viário urbano.

Com a implantação do estacionamento rotativo, pretendemos melhorar o fluxo de veículos, a organização da cidade e melhores resultados para as empresas e o comércio nesta região da cidade e beneficiando os usuários com a democratização das vagas de estacionamento.

A ação não se caracteriza como guarda ou depósito de um bem particular em via pública, trata-se da concessão de espaço público mediante pagamento por um determinado período objetivando a utilização mais democrática por todos que o demandam.

A cobrança pelo uso das vagas tem como objetivos custear os investimentos necessários para a prestação de serviços da concessionária, além de ser fonte de recursos para o município através da outorga para exploração que deverão ser destinados ao órgão executivo de trânsito municipal para serem aplicados em engenharia, fiscalização e operação e educação para o trânsito.

2. NOMENCLATURAS, CONCEITOS E DEFINIÇÕES.

2.1. Considera-se para efeito deste Termo de Referência os seguintes conceitos e definições:

2.1.1. **Poder Concedente:** Prefeitura do Município de Itapipoca/CE.

2.1.2. **Concessionária:** Empresa vencedora de processo licitatório, com outorga de operar o Sistema Inteligente de Estacionamento Rotativo do município, conforme especificações deste Termo de Referência.

2.1.3. **Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte – AMTI:** é o órgão responsável pelo Sistema Inteligente de Estacionamento Rotativo e delegante das áreas pertencentes ao sistema.

2.1.4. **Equipamento Eletrônico POS (do inglês: Point of Sale ou Point of Service):** é um coletor de dados que se comunica com a base de dados remota de modo online, em tempo real, por meio de tráfego de dados via telefonia celular (GPRS)/WiFi, emissor de ticket virtual com comprovante ao usuário. Será o equipamento utilizado pelo concessionário para emissão dos e-tiquetes nos postos de venda.

2.1.5. **Sistema Operacional/Software de Gestão:** programa de computador responsável pelas funções de controlar, monitorar, fiscalizar, controlar a emissão de e-tiquete, produzir relatórios. O sistema operacional deverá se comunicar via internet com os equipamentos eletrônicos e Smartphones. Deve ter acesso via internet e funcionar on-line. Deverá identificar as vagas e os veículos em situação regular e irregular.

2.1.6. **PDV's:** pontos de vendas de e-tiquetes e recargas, além de efetuar cadastro de usuários.

2.1.7. **Downtime:** percentagem ou duração de tempo em que um sistema de computador, ou um de seus componentes, permanece inativo por causa de um problema inesperado ou para fins de manutenção, troca de equipamento, arquivamento de dados antigos, etc...

2.1.8. **SLA:** percentual ou duração de tempo em que o sistema se mantém ativo e em funcionamento, recomendado níveis superiores a 99%.

2.1.9. **VPN:** "Virtual Private Network - VPN" Rede Particular Virtual, canal de comunicação.

2.1.10. **CTB:** Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal 9.503/97.

2.1.11. **Smartphones:** Terminal telefônico inteligente.

2.1.12. **W3C:** padrões reconhecidos internacionalmente para a interpretação de conteúdos da internet.

2.1.13. **GPRS:** General Packet Radio Service - tecnologia que aumenta as taxas de transferência de dados nas redes GSM existentes. Esta permite o transporte de dados por pacotes (comutação por pacotes).

2.1.14. **SSL:** Secure Sockets Layer - protocolos criptográficos que conferem segurança de comunicação na internet para serviços como e-mail, navegação por páginas e outros tipos de transferência de dados.

2.1.15. **Browser:** sistema ou programa para navegar (acessar a internet).

2.1.16. **Web:** ambiente de internet/navegação.

2.1.17. **Datacenter:** Centro de processamento de dados, onde as informações são armazenadas, também pode ser chamado de CPD.



- 2.1.18. **LCD:** "Liquid Crystal Display" - "tela de cristal líquido", painel fino utilizado para exibir imagens, vídeos e textos em suportes diversos como monitor de computador, televisores, GPS, câmeras digitais, celulares, calculadoras e outros dispositivos.
- 2.1.19. **LAN:** "Local Área Network" - Rede Local que pode ser interligada a redes externas do tipo WAN.
- 2.1.20. **WI-FI:** dispositivos de rede local sem fios (WLAN) baseados no padrão IEEE 802.11.
- 2.1.21. **Vagas Rotativas:** Espaços delimitados para estacionamento de veículos automotores do tipo de passeio, utilizados no sistema inteligente de estacionamento rotativo pago regulamentado.
- 2.1.22. **Aplicativo Fiscal:** Aplicativo de verificação, onde consulta a placa do carro estacionado e retorna se está regularizado

3. APRESENTAÇÃO

3.1. O presente termo de referência visa fornecer informações quanto às especificações técnicas sobre a concessão onerosa do uso e exploração econômica para a gestão e uso de vagas de estacionamento rotativo digital em vias e logradouros públicos do Município de Itapipoca/CE, através de sistema informativo, equipamentos eletrônicos e digitais. Regulamento mentado nos termos do que dispõe a legislação vigente (**Lei Nº 104/2021 e Decreto municipal Nº 070/2022**) e nos termos e procedimentos do **CONTRATO DE CONCESSÃO (Anexo IV deste edital)**.

3.2. A Prefeitura irá avaliar tecnicamente a proposta vencedora, a fim de garantir que a mesma possui capacidade para atender aos itens solicitados no presente Termo de Referência.

3.3. A prestação dos serviços deverá ser realizada nas seguintes ruas: José do Patrocínio; Rua Pergentina Araújo; Entorno do camelódromo; Rua Hildeberto Barroso; Av. Duque de Caxias; Av. Anastácio Braga; Rua Urbano Barbosa; Rua Eubia Barroso; Rua Dom Aureliano Matos; Rua Inocêncio Braga; Rua Raimundo de Castro; Rua Osvaldo Cruz; Rua José Romero; Rua 7 de Setembro.

4. DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços e atividades a serem desenvolvidos pela concessionária compreenderão entre outras, as descritas a seguir:

4.1.1. Fornecimento de mão de obra especializada para atendimento técnico na implantação e gestão do sistema.

4.1.2. Fornecimento mão de obra qualificada para atender os munícipes, orientando quanto ao uso, resolução de problemas e monitoramento das vagas.

4.1.3. Elaboração de planejamento para a implantação e operação do sistema, assim como das zonas de estacionamento de acordo com as características de operação, sinalização, espaços públicos.

4.1.4. Operação e controle da utilização das vagas de estacionamento rotativo, de acordo com as especificações técnicas constantes no presente termo de referência.

4.1.5. Fornecimento, distribuição e comercialização dos meios eletrônicos de pagamento a serem utilizados no sistema, visando o pertinente atendimento à população usuária, garantindo-lhe a disponibilidade dos mesmos, quando entrar e estiver em operação.

4.1.6. Fornecimento, dos comprovantes de pagamento do tempo de estacionamento e meios eletrônicos de pagamento, que serão utilizados no sistema.

4.1.7. Arrecadação dos valores recebidos no sistema, através dos pontos de venda implantados no comércio, da venda direta realizada pelos credenciados e pelos meios eletrônicos, e realização do respectivo repasse dos mesmos à Concedente, na proporção e na forma que vier a ser estabelecida nesta licitação, de acordo com os critérios estabelecidos no presente termo.



- 4.1.8. Instalação de toda a infraestrutura e utilização de recursos tecnológicos e materiais necessários ao controle, supervisão e fiscalização on-line dos veículos estacionados nas vagas, com transmissão dos dados para aplicação e processamento das infrações por parte da autoridade municipal de trânsito.
- 4.1.9. Instalação de todos os equipamentos, software e base de dados centralizada, que permitam obter informação on-line de todas as informações relativas ao sistema, necessários para o controle de acordo com as especificações técnicas constantes neste presente Termo de Referência.
- 4.1.10. Instalação de unidade econômica e profissional no Município de Itapipoca/CE, bem como criação e manutenção da central de atendimento aos usuários do sistema, inclusive via telefone, para prestar serviço de informação e reclamação atuando no horário de operação do sistema.
- 4.1.11. Manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos (hardware e software) para garantir sua disponibilidade e condições de funcionamento, assim como o adequado aspecto estético e de condições de higiene.
- 4.1.12. Os serviços ora licitados serão executados em regime de "Empreitada Integral", com base nos requisitos e exigências apresentados neste termo de referência e suas partes.
- 4.1.13. Os serviços ora licitados não incluem deveres de vigilância ou de guarda em relação aos veículos estacionados, seus acessórios ou bens neles deixados, bem como não incluem um dever de segurança pessoal de seus proprietários ou usuários.
- 4.1.14. A Concessionária deverá dimensionar solução tecnológica para controle do uso remunerado das vagas de estacionamento rotativo de forma a prover uma solução completamente funcional em perfeitas condições de operação, sendo que todos os equipamentos utilizados na concessão deverão ser novos e de primeiro uso.

5. IMPLANTAÇÃO

- 5.1. O sistema de estacionamento rotativo contratado deverá ser implantado integralmente pela empresa vencedora do certame em até **90 (noventa) dias úteis**, a contar da emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura de Itapipoca/CE.
- 5.2. A Concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento e a execução de atividades meios, acessórias ou complementares à Concessão, desde que não configure a subconcessão. Os contratos celebrados entre a Concessionária e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Concedente.

6. NÚMEROS E TIPOS DE VAGAS:

LOGRADOURO	Nº DE VAGAS PARALELAS (ZONA AZUL)	Nº DE VAGAS EM ANGULO (ZONA AZUL)	VAGAS IDOSO	VAGAS DEFICIENTE	MOTOCICLETA
Rua José do Patrocínio	46	-	-	-	29
Rua Pergentina Araújo	26	-	02	-	76
Entorno do	14	-	-	-	77



Camelódromo					
Rua Hildeberto Barroso	-	-	-	-	64
Av. Duque de Caxias	69	-	02	02	-
Av. Anastácio Braga	88	04	11	08	73
Rua Urbano Barbosa	37	-	-	-	138
Rua Eubia Barroso	29	-	01	01	07
Rua Dom Aureliano Matos	28	12	03	02	67
Rua Inocência Braga	52	04	07	02	14
Rua Raimundo de Castro	18	20	03	01	-
Rua Osvaldo Cruz	63	-	01	01	48
Rua José Romero	57	-	03	-	08
Rua 7 de Setembro	28	-	-	-	129
TOTAL PARCIAL	555	40	-	-	-
TOTAL	595	-	33	17	730

7. TOTAL DE VAGAS DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO:

7.1. O total de vagas a serem implantadas será de **1.325 (mil trezentos e vinte e cinco)** vagas, sendo 595 vagas para carros, já inclusas as vagas destinadas a idosos e deficientes e 730 vagas para motocicletas, tendo sua implantação efetivada em até **90 (noventa)** dias úteis a partir da emissão da Ordem de Serviço feita pela concedente.

8. DIAS E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO:

8.1. O Estacionamento Rotativo funcionará entre os dias e períodos compreendidos de: 07:00 às 18:00 horas (segunda a sexta) e 07h00 às 13:00 (sábado), podendo ser ampliadas de acordo com o perfil do local e dias da semana, incluindo sábado e domingo em determinados pontos turísticos da cidade determinados pela CONCEDENTE.

8.2 A concedente poderá solicitar a operação em outros períodos, como sábado, fora do horário do quadro, domingos e feriados, informando a concessionária antecipadamente.

9. REGRAS TARIFÁRIAS



9.1. O pagamento a ser feito pela concessionária à concedente será uma porcentagem da sua receita bruta na venda dos créditos do estacionamento rotativo. Fica vedado o desconto de custos operacionais de qualquer espécie no repasse à concedente.

9.2. A porcentagem de repasse à prefeitura será o índice de classificação das propostas e deve começar com o valor mínimo de 15% (quinze por cento), sem, contudo, possuir um valor máximo.

9.3. Fica facultado à concessionária utilizar-se do seu sistema digital (telas em seus aplicativos de smartphone, seus sítios na internet, suas telas de POS, etc.) para exploração comercial, vedada qualquer publicidade externa (que não a digital).

9.3.1. A exploração comercial tratada acima não pode comprometer a eficiência da prestação dos serviços de gestão do estacionamento rotativo, nem ser alvo de reclamação dos usuários, sob pena de cessão deste direito.

9.4. Toda receita auferida pela exploração comercial de que trata o item acima deve ser alvo de prestação de contas para o poder concedente e será entendida como parte da receita da concessionária, portanto sobre ela deve obrigatoriamente incidir a mesma porcentagem de repasse mensal a ser pago ao poder concedente.

9.5. Os valores das tarifas do estacionamento rotativo pago serão os definidos na tabela inserida abaixo:

9.5.1. TABELA DE VALORES PARA AUTOMÓVEIS:

PERÍODO	PREÇO PÚBLICO PARA O ESTACIONAMENTO REGULAR
1 horas Automóvel	R\$ 1,50 (hora)
1 horas Motocicleta	R\$ 0,75 (hora)

9.6. O preço público será reajustado e revisado sempre que houver comprovado desequilíbrio econômico-financeiro entre os encargos da operação do sistema a sua retribuição, com a finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção de seu inicial equilíbrio econômico-financeiro.

9.7. A concessionária, quando julgar necessária a revisão do preço público, deverá elaborar demonstrativo através da planilha de custos, demonstrando tal pretensão de submetê-lo ao Município, a quem caberá autorizá-lo ou não.

9.8. Os preços serão fixados e alterados somente por Decreto do Poder Executivo.

9.9. Deverá ser observado que todos os veículos automóveis farão jus à tolerância de 10 (dez) minutos a contar da constatação pela Concessionária, da parada na vaga, sem ônus para o condutor; ainda que este não venha a adquirir créditos posteriormente. Este período visa possibilitar que o condutor promova a aquisição de créditos nos pontos de vendas ou através do aplicativo.

9.9.1. A concessionária deverá constatar a parada irregular na vaga de estacionamento rotativo.

10. INFRAÇÕES AO ESTACIONAMENTO ROTATIVO E AO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO



10.1 - Os infratores da área rotativa ficarão sujeitos ainda às penalidades previstas no CTB - Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503/97 e suas alterações, inclusive, quando for o caso, à imobilização e remoção do veículo para o pátio competente.

10.2. Será considerado como estacionamento em desacordo com a regulamentação, sujeitando o usuário às penalidades previstas na legislação de trânsito em vigor, o veículo que:

I - Estacionar o veículo nas áreas regulamentadas, sem o pagamento da respectiva tarifa;

II - Utilizar incorretamente uma vaga do sistema, contrariando a suas normas;

III - Ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga (que é, em regra, de duas horas e, em áreas especiais segundo a legislação, de quatro horas) constante nas placas de regulamentação;

IV - Estacionar o veículo em vaga destinado à outra categoria.

11. PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA (POC)

11.1. Todos os itens descritivos deste presente termo serão utilizados para verificação da conformidade, durante a avaliação técnica dos produtos/serviços ofertados pela concessionária previamente definida como vencedora provisória, conforme citado no item 11.2. No lado direito de cada item os avaliadores irão assinalar se os itens atendem (A) ou Não Atende (NA).

11.3. Os testes deverão ser feitos com todos os equipamentos solicitados, sistemas e deverá estar configurado conforme as regras do edital.

11.4. Não serão permitidos testes "offline".

11.5. A comissão avaliadora prezarão pela sequência presentes nos itens do edital, solicitando unitariamente os itens a serem demonstrados.

11.6. A concessionária terá o direito de repetir todo ou qualquer teste malsucedido, durante o período de avaliação agendado.

11.6.1. Porém se a mesma não obtiver resultado satisfatório ou não atender aos itens solicitados será desclassificada.

11.7. Havendo desclassificação na prova de conceito, respeitando o prazo de contrarrazões e julgamento, as empresas subsequentemente classificadas serão chamadas em ordem classificatória das propostas (Ex 1º, 2º, 3º lugar e etc...)

11.8. Havendo sucesso e passando na prova de conceito, a comissão classificará a empresa vencedora e a declarará vencedora do certame, respeitando o prazo de 05 dias úteis para contrarrazões, a empresa será notificada via DOU.

11.9. No início da sessão referentes aos testes (POC), serão solicitados todos os certificados da ANATEL referente aos produtos que utilizam comunicação sem fio que podem fazer parte do sistema (modem GPRS, roteador wifi, dispositivo de bluetooth, etc).

11.10. No caso de algum produto que necessite de comunicação sem fio estiver com o Certificado da ANATEL suspenso ou cancelado, ou caso não seja apresentado no local, serão cancelados automaticamente os testes e declarada desclassificada a empresa, em seguida entrará em vigor o item 11.7.

12. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA A SER CUMPRIDA PELO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO

12.1. APLICATIVO PARA USO DO MOTORISTA

12.1.1. Os aplicativos do motorista são sistemas disponíveis na loja de aplicativos Android - Google Play e iOS Apple Store.



- 12.1.2. O aplicativo à ser utilizado pelo motorista deverá ter a mesma apresentação em ambas as plataformas, IOS (Apple Store) e Android (Google Play).
- 12.1.3. A recuperação de senha do usuário deverá ser realizada por e-mail. O usuário ao requisitar a recuperação deverá informar o cpf e e-mail cadastrado, ele deve receber as instruções para prosseguir até a tela de alteração de senha.
- 12.1.4. O aplicativo deverá apresentar para o motorista um mapa da cidade que contem o estacionamento rotativo.
- 12.1.5. O aplicativo não deverá permitir a aquisição de vaga de estacionamento rotativo pelo usuário, fora do período no sistema de estacionamento rotativo.
- 12.1.6. Só deverá ser permitido a aquisição de tempo de estacionamento para as vagas apresentadas e para os horários de serviço do estacionamento rotativo, em conformidade nos horários cadastrados no sistema.
- 12.1.7. O aplicativo deverá permitir ao usuário se auto-localizar no mapa interativo, ou digitar o endereço, ou selecionar os endereços pré-definidos no sistema.
- 12.1.8. O usuário quando utilizar o aplicativo para estacionar, enviará automaticamente para o painel de controle os dados de transação como: placa, data, horário estacionado e período selecionado.
- 12.1.9. O aplicativo deverá permitir a inserção de crédito para a utilização de tickets por diferentes meios, como: cartão de crédito, cartão de débito, cartão pré-pago e pix.
- 12.1.10. Para o caso de inserção de crédito para aquisição de tickets de estacionamento rotativo utilizando-se de cartão pré-pago, o aplicativo deverá considerar o valor mínimo de aquisição de R\$ 10,00. O valor deve ser depositado na conta imediatamente após a transação.
- 12.1.11. O aplicativo deverá permitir regularizar notificação de inadimplência.

13. SISTEMA WEB - MOTORISTA

- 13.1 O sistema de estacionamento rotativo deverá possuir um portal WEB para que o usuário possa visualizar seus créditos, transações de compra e ativação.
- 13.2. Através do portal web deverá ser permitido ao usuário cadastrar e apagar placa de veículo.
- 13.3. Deverá ser permitido ao usuário através do portal web adquirir crédito via cartão de crédito e débito.
- 13.4. Também deverá ser permitido via portal web a alteração de dados cadastrais. Ao solicitar a troca de senha deverá ser validado através do e-mail cadastrado.
- 13.5. O portal web deve permitir o cadastro de cartão de crédito.
- 13.6. O portal web deve permitir ao usuário ativar a placa do veículo

14. PONTO DE VENDA - PDV (P.O.S e Aplicativo)

- 14.1. O sistema para comercialização do estacionamento rotativo através da utilização em postos credenciados (P.D.V) deverá ser multiplataforma e funcionar: via Android e P.O.S.
- 14.2. O aplicativo deverá funcionar em equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G ou superior, com certificação ANATEL, possuir wi-fi e permitir a compra de créditos via débito, crédito e dinheiro.
- 14.3. O dispositivo P.O.S deve ser compatível com a tecnologia NFC e SmartCard para aceitar pagamentos em débito e crédito, assim aumentando as alternativas de pagamento para a escolha do cidadão.



14.4. A impressão do comprovante das transações feitas no P.O.S deverão poder ser feitas no próprio equipamento e deverão conter os seguintes dados: data, hora, local, placa do veículo, identificação do estabelecimento.

14.5. O ponto de venda (PDV) deverá ser interligado ao painel de controle e enviar para a central de controle todos os dados da transação como: placa, data, horário e período selecionado.

14.6. As plataformas do PDV devem permitir a ativação de placa de acordo com as regras do estacionamento rotativo.

14.7. O aplicativo P.D.V deve permitir que os revendedores utilizem como forma de pagamento o sistema pós pagos. Todos os valores deverão ser acertados via boletos pagos posteriormente de acordo com a política de comercialização adotada entre a concessionária e o ponto de venda.

14.8. Quando realizado uma aquisição de tempo de estacionamento rotativo, o aplicativo PDV deve fornecer para o sistema os seguintes dados: a placa e período de permanência da vaga de acordo com os limites de cada rua/região.

14.9. O aplicativo PDV deve permitir também o cadastramento de novos usuários de aplicativo e permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir comprovantes.

14.10. Ao ativar uma placa o PDV deverá permitir o envio do comprovante via SMS ou e-mail ao usuário.

14.11. O PDV deverá ser cadastrado e controlado via painel da central de controle, assim como sua taxa de comissão.

14.12. O aplicativo PDV deverá possuir histórico de transação para compra e venda de créditos realizados.

14.13. O Ponto de Venda Deverá possuir acesso ao chat de comunicação direta com o painel de controle para informar qualquer dúvida ou problema.

14.14. Caso ocorra a falta de pagamentos por parte do revendedor, o PDV deverá ser descredenciado no painel de controle.

14.15. O PDV deverá permitir a recarga diretamente na conta dos usuários cadastrados no sistema, utilizando o CPF do usuário cadastrado no sistema.

14.16. O PDV deverá permitir a ativação utilizando saldo existente em conta de usuário aplicativo, o usuário deverá informar o seu número telefônico e digitar a senha para concluir a operação usando o PDV.

15. APLICATIVO FISCAL

15.1. O sistema de fiscalização da zona azul deverá ser integrado ao painel do centro de controle.

15.2. O sistema para fiscalização do estacionamento rotativo deverá ser composto por uma série de itens como portal web, relatórios e aplicativo próprio do fiscal.

15.3. O aplicativo utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Android e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido.

15.4. O equipamento utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações: tela de no mínimo 4 polegadas, ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth, possuir conexão wifi e 3G ou superior.

15.5. Os dados do fiscal para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com pelo menos os seguintes dados: nome, CPF e e-mail.

15.6. A senha de acesso para o fiscal deve ser cadastrada pelo sistema e só poderá ser substituída pelo painel de controle.



15.7. O aplicativo do fiscal deverá fazer a consulta da placa, e o sistema deverá retornar o estado das ativações, informando o tempo restante. Em caso de ausência de ticket o aplicativo do fiscal informará que placa está irregular.

15.8. O monitor poderá notificar imediatamente o agente de trânsito da Diretoria de Trânsito de Itapipoca/CE, diretamente gerenciada pelo Agente da Autoridade de Trânsito responsável por fazer a autuação.

15.9. O aplicativo do fiscal deve conter a localização do monitor no portal web.

15.10. Todas as placas de veículos que forem notificadas como irregular deverão aparecer de forma organizada no portal web, por código de identificação, data, hora, local, número da placa e monitor responsável pela consulta.

16. CENTRAL DE CONTROLE DE SERVIÇO DA CONCESSIONÁRIA - PORTAL WEB

16.1. A concessionária deverá possuir um portal web para gerenciamento do estacionamento rotativo digital que permita a visualização em tempo real das vendas, notificações e todas as informações do sistema.

16.2. O centro de controle da concessionária deve controlar os níveis de acesso ao sistema por tipos de usuários, podendo ser alterados a qualquer momento pelo administrador do portal.

16.3. O centro de controle da concessionária deverá permitir a inclusão de no mínimo 4 (quatro) níveis de acesso. Os níveis de acesso serão customizados de acordo com a necessidade de cada local.

16.4. O nível mais completo de acesso deve ter permissão total ao centro de controle, capaz de gerenciar o cadastro dos demais usuários.

16.5. O próximo nível serão usuários com permissões comuns, que podem ter acesso aos relatórios de faturamento e demais funcionalidades do centro de controle, sendo gerenciado pelo Administrador.

16.6. O terceiro nível serão os usuários com permissão de acesso ao aplicativo de monitoramento.

16.7. O centro de controle da concessionária deverá permitir o cadastro de todas as informações referentes ao sistema de estacionamento rotativo.

16.8. O centro de controle da concessionária deverá permitir o cadastro de todas as regras pertinentes ao funcionamento do estacionamento rotativo e integrar em tempo real as informações nas plataformas dependentes que são os APP'S, PDV's, aplicativo motorista, operador e fiscal.

16.9. O centro de controle da concessionária deve permitir a inclusão e exclusão das regras dos sistemas do P.D.V, APPS Fiscais, Monitores e Motorista por meio do portal, fazendo toda a atualização automática no sistema. As regras do sistema de estacionamento rotativo definem a política de valores e horários de funcionamento para cada região.

16.10. O centro de controle da concessionária deverá permitir a inclusão de períodos novos da Zona Azul, inclusive configuração temporária com data para expiração da Regra.

16.11. Será necessário que o centro de controle da concessionária permita o cadastro de todas as ruas/logradouros, bairros regiões contendo as vagas de estacionamento.

16.12. O centro de controle da concessionária deverá incluir as mesmas informações das vagas nos aplicativos dos motoristas em tempo real sem a necessidade de atualização do aplicativo via loja, evitando que a versão fique desatualizada.

16.13. O centro de controle da concessionária deverá apresentar a quantidade exata das vagas na tabela após o cadastro.



- 16.14. Vagas comuns estabelecidas por ordem da prefeitura em locais de rotatividade da cidade.
- 16.15. As vagas especiais deverão respeitar os limites de 5 metros por lei De acordo com a ABNT NBR 9050/04 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos -, a dimensão das vagas é de 2,50 m x 5 m (largura x comprimento) e ser visualmente reconhecível com o padrão internacional SIA (Símbolo Internacional de Acesso).
- 16.16. O centro de controle da concessionária deverá possuir sistema de BIG DATA (grande volume de dados), capaz de gerar relatórios inteligentes em tempo real automaticamente, e permitir a customização de exportação dos relatórios.
- 16.17. O centro de controle da concessionária deverá fornecer relatórios em tempo real sobre a quantidade de veículos pagantes, notificados, valor arrecadado no dia e permitir a extração deles a qualquer momento, para os devidos usuários registrados e com permissão de acesso a este recurso.
- 16.18. O centro de controle deverá demonstrar relatório detalhado com as ativações dos veículos como placa e data da ativação do serviço no formato: Dia, Semana e Mês.
- 16.19. O centro de controle deverá demonstrar Relatório detalhado do faturamento das compras de créditos, acompanhados do Dia da semana - Dia, Semana, Mês, trimestre, semestre e ano.
- 16.20. No centro de controle deverá ser possível verificar ranking em tempo real das ativações de zona azul por Ruas, Bairros mais utilizados com a opção de filtrar por ordem de grandeza ou porcentagem de representação no faturamento da cidade.
- 16.21. A central de controle deve gerar relatório comparativo das ativações e notificações com progressão diária, semanal, mensal e trimestral de uso das soluções PDV's, Smartphones e monitores.
- 16.22. A central de controle deve considerar todos os meios de venda, Smartphones, PDV's, Operadores e nos relatórios separadamente ou em conjunto.
- 16.23. Para efeito de gestão deverá apresentar obrigatoriamente no painel e em tempo real todos os dados a seguir:
- 16.23.1. Relatório analítico com todas as notificações irregulares de placas feitas pelos fiscais, com filtro de data.
- 16.23.2. Apresentar a trajetória feita pelos agentes fiscais em tempo real.
- 16.23.3. Demonstrar listagem com status de atualização automática com as ações dos agentes, como notificadas e percurso.
- 16.23.4. Demonstrar resumo geral contendo a quantidade de placas notificadas pelo agente.
- 16.23.5. Relatório de vendas completo de créditos, especificando a origem da compra, por débito, crédito e dinheiro filtrando por datas: Dia, Mês, Ano, trimestre e semestre.
- 16.23.6 O centro de controle deve demonstrar na tela principal um resumo de toda operação contendo as seguintes informações:
- 16.23.7. Os dados de ativações devem constar a quantidade de placas ativas, apresentando número e gráfico progressivo.
- 16.23.8. Os dados de resumo de faturamento de acompanhamento diário.
- 16.23.9 O sistema deve ter relatório inteligente capaz de indicar a quantidade de evasões notificadas e o período de regularização de cada.
- 16.23.10 O centro de controle deverá apresentar a quantidade de notificações em aberto e pagas.
- 16.23.11. O centro de controle deve possuir sistema de gestão de chamados e ocorrências vindos dos aplicativos fiscais e dos motoristas:



16.23.12. O Sistema deve gerenciar automaticamente todos os chamados e separá-los por tipo de ocorrência.

16.23.13. O sistema de estacionamento rotativo deve ser integrado aos aplicativos fiscal, motorista e PDV e não deve solicitar dados no ato da abertura de chamado. Os dados devem ser capturados automaticamente.

16.23.14 Os dados a serem capturados automaticamente são: E-mail, telefone, aparelho celular, sistema operacional e nome do cliente.

16.23.15. As respostas deverão aparecer nos aplicativos em formato de chats.

17. PERÍODO DE CONCESSÃO E SUPERVISÃO

17.1. O prazo de vigência da concessão será de **10 (dez) anos** podendo ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, por igual período, uma única vez.

17.2. A operação dos Estacionamentos Rotativos deverá ser feita pela Concessionária, sob a supervisão e orientação da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte – AMTI.

17.3. A participação na presente CONCORRÊNCIA PÚBLICA implica, tacitamente, para a licitante, a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes do Edital e seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

17.4. A Licitante assume todos os custos de elaboração e apresentação das Propostas e Documentos de Habilitação exigidos nesta CONCORRÊNCIA PÚBLICA, ressalvado que o Município de Itapipoca/CE e não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18. AVALIAÇÃO TÉCNICA DA AMOSTRA - INFORMAÇÕES GERAIS

18.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da ATA que a classificou provisoriamente em primeiro lugar, uma amostra completa de todos os equipamentos, software e aplicativos ofertados, com as características solicitadas pelo edital, conforme Termo de Referência.

18.2. Após o recebimento da amostra dos equipamentos, será agendada a realização da prova de conceito para que a licitante comprove, para a Comissão de Avaliação, que seu equipamento atende ao exigido no edital de licitação e seus anexos.

18.3. Os equipamentos, dispositivos, interfaces e demais itens necessários para a demonstração das amostras deverão estar embalados e lacrados, sendo que cada embalagem deverá conter informação da proponente (razão social e CNPJ), indicação do número da licitação.

18.4. No dia da demonstração das amostras somente será permitido à proponente utilizar-se dos materiais constantes das embalagens entregues como amostra.

18.5. Será designada pela Prefeitura de Itapipoca/CE, uma comissão técnica para avaliar se a solução ofertada pela licitante atende aos requisitos mínimos exigidos.

18.6. A comissão poderá solicitar, a seu critério, durante a Prova de Conceito, para fins de diligência de conformidade técnica qualquer item do edital, inclusive aqueles apresentados na descrição da prova de conceito POC.



- 18.7. A solução será rejeitada se apresentar problemas de funcionamento ou apresentar divergências em relação às especificações técnicas da proposta, durante a prova de conceito.
- 18.8. Caso a empresa não venha a ser aprovada, será imediatamente desclassificada e será convocada a colocada subsequente para a realização da Prova de Conceito (amostra).
- 18.9. Durante a realização da avaliação técnica a Concedente irá verificar as funcionalidades de todos os sistemas bem como validar as transações realizadas conforme descritos no edital e seus anexos.
- 18.10. Todos os testes da avaliação técnica serão registrados ao lado do descritivo dos itens contidos no edital.
- 18.11. A avaliação deverá verificar se a documentação técnica dos sistemas (APP motorista, APP Fiscal, PDV's, Painel de Controle) e se o seu uso, atendem os pré-requisitos apresentados neste Termo de Referência.
- 18.12. No final da avaliação, caso apenas um item não atenda o requisito, será devidamente registrado no formulário e concedido à EMPRESA uma única oportunidade para que seja providenciada, em até 2 (dois) dias úteis, a correção da pendência.
- 18.13. Mesmo sendo um aplicativo com funcionalmente igual, os procedimentos serão realizados para cada Sistema Operacional dos aplicativos (Android e IOS).
- 18.13.1. No final de cada procedimento de avaliação será emitido um relatório assinado pela equipe de técnica do Município.

19. AVALIAÇÃO GERAL DOS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS

- 19.1. Para a avaliação das funcionalidades dos sistemas - (APP Motorista, APP Fiscal, APP Operador, PDV's) a EMPRESA INTERESSADA deverá permitir o acesso temporário, durante os testes, à sua base de dados por meio do fornecimento de usuário e senha, com direito de leitura nas tabelas envolvidas nos processos.
- 19.2. Para cumprimento do item acima a empresa interessada deverá fornecer equipamentos, softwares, interfaces e demais itens necessários para a demonstração do sistema, incluindo a disponibilização de um técnico para operá-lo sob instruções da Concedente.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 20.1 Comprovação de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Competente : Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, da sede do licitante e que conste responsável (eis) técnico (s);
- 20.2 Comprovação de Registro ou inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Competente (CREA) e/ou CAU.
- 20.3 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da LICITANTE, que comprove a experiência da LICITANTE em correspondente no mínimo 50% vagas comprovando a experiência anterior em áreas, vias e logradouros públicos compatíveis e pertinentes com o objeto licitado, além dos seguintes serviços, considerados de maior relevância para o certame:

- Implantação de sinalização vertical e horizontal em vias em logradouros públicos municipais.



- Implantação, manutenção e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas de estacionamento rotativo em logradouros públicos.

20.4 Para fins do atendimento dos quantitativos previstos neste subitem será admitida a somatória de atestados.

20.5. Comprovação de a empresa licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a abertura desta licitação, profissional(is) de nível superior ou outros reconhecido pelo CREA e ou CAU, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado na entidade competente, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove o(s) profissional(is) ter executado serviços para pessoa jurídica de direito público ou privado. A comprovação da relação jurídica mantida com o(s) profissional(s) em nome do(s) qual(is) o(s) Acervo(s) Técnico(s) foram emitidos poderá ser feita por meio de cópia autenticada de:

- a) Carteira de Trabalho e previdência social - CTPS do empregado, contendo a qualificação e o registro do empregado;
- b) Contrato de Prestação de Serviço celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c) Comprovante de vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado.

20.6. Não serão aceitos atestados ou contratos de demonstração ou testes.

20.7. O licitante deverá apresentar declaração expressa assinada pelo(s) responsável(is) Técnico(s), informando que o(s) mesmo(s) concordam com a inclusão de seus(s) nome(s) na participação permanente dos serviços na condição de profissional(is) responsável(s) técnico(s).

21. TABELA DE MÃO DE OBRA MÍNIMA MENSAL

CARGOS	QUANTIDADE
Gerente	1
Supervisor Administrativo	1
Assistente Operação	2
Auxiliar Administrativo	1
Monitores (proporção de 1 para cada 100 vagas)	13
Técnico T.I./Analista de Sistemas	1
Total	19

21.1. A partir do 2º ano de contrato, é possível a solicitação por parte da Concessionária sugerindo uma diminuição de monitores de rua (no máximo de 20%), a partir de estudo e comprovação que a maioria das pessoas migrou de pagamento usando PDV para o APP do usuário, porém fica a critério apenas do Poder Público, a decisão sobre aceitar o pleito e se poderá se concretizar ou não esta solicitação.



22. ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

TABELA DE INVESTIMENTOS INICIAIS

INVESTIMENTO INICIAL			
DESCRIÇÃO	QTD	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical de toda a área de Estacionamento Rotativo	1		
Dispositivos portáteis para os monitores	13		
Dispositivos portáteis para os Agentes	2		
Dispositivos portáteis para os Assistentes Operação	2		
Pontos de Vendas	44		
Sinalização Horizontal	1.325		
Sinalização Vertical	135		
Custos com Treinamento	1		
Estruturação da Central de Atendimento ao Público	1		
Jogo de uniformes (Inverno + Verão)	38		
Campanha de Divulgação para o usuário	1		
Outros (especificar)			
Custo Total Investimento Estimado			

22.1. Especificações técnicas das placas de sinalização:

22.1.1. Placas de sinalização R-6b composta, medindo 60x90 confeccionada em chapa de aço galvanizada SAE 1010/1020, bitola nº 18, espessura da parede 1,25 mm, conforme normas da ABNT - NBR 11904.

22.1.2. As películas das placas nas cores: branca, vermelha, amarela, azul, verde, laranja e marrom, deverão ser do tipo 1-A da NBR-14644/07 da ABNT (Grau Engenharia Prismática).

22.1.3. A película preta deverá ser do tipo IV da NBR - 14644/07 da ABNT (opaca / não retro reflexiva), a fim de maximizar o efeito de refletância da placa.

22.1.4. Especificações técnicas do suporte tubular galvanizado para placa:

22.1.5. Suporte tubular galvanizado a fogo para placas de sinalização, com comprimento 1,5 metros, diâmetro 2 1/2" espessura da parede 2,25 mm.

22.1.6. O suporte deverá ter dois furos de 5/16 para fixar a placa. Como referência, da ponta do tubo o primeiro furo 20 mm, seguindo 440 mm, para o segundo furo.

22.1.7. O suporte deverá ser acompanhado de tampa de PVC para vedar infiltração e armazenamento de água.

22.1.8. Aletas anti-giro do suporte terá dois ferros lisos, com bitola de "5/16" e comprimento de 150 mm.



23. TABELA DE INVESTIMENTOS – CUSTO MENSAL

DÉSPESAS – OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	QTD		
Despesas Escritório Diversos + água + luz + telefone + Internet	1		
Aluguel do Centro de Atendimento ao Público	1		
Combustível e Viagens	1		
Depreciação Mensal (estimado 1,7% ao mês para: imobilizados do Centro de Atendimento ao Público, etc.)	1		
Manutenção de Sinalização Viária (2% ao mês)	1		
Custos com Telefonia Móvel dos Equipamentos	17		
Material de Consumo (Bobinas Impressora, etc)	17		
Valor Manutenção/Seguro (Dispositivos Portáteis de Monitores e Agentes)	17		
Custos de Infraestrutura/Software	1		
Despesas gerais com Seguro / Assessoria jurídica / Contábil	1		
EPI / Protetor solar / Médico do Trabalho	13		
Outros (especificar)			
Total de Despesas Operacionais Estimado			

24. TABELA VALOR DE MÃO DE OBRA – CUSTO MENSAL

CARGOS	QTDE	ENCARG.	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
Gerente	1			
Supervisor Adm	1			
Assistente Operação	2			
Auxiliar Administrativo	1			
Monitores	13			
Técnico T.I./Analista de Sistemas	1			



Despesas Benefícios Funcionário (Vale Refeição e Transporte)	19	-		
Total Geral - R\$				

25. TABELA DE IMPOSTOS E TAXA DE REPASSE- PARTE DOS CUSTOS VARIÁVEIS

Impostos e Repasse Mensal		
Imposto	Tributação	Total %
Pis	Nos termos da legislação	
Cofins	Nos termos da legislação	
ISS	Nos termos da legislação	
Contribuição Social	Nos termos da legislação	
Imposto de Renda	Nos termos da legislação	
Taxa de Repasse a Prefeitura de Itapipoca	Repasse mensal sobre a Receita Bruta: Mínimo de 15%	
Total		

Custos Variáveis		
Imposto	Tributação	Total %
Taxa de Cartão de Crédito	Conforme negociação entre a Concessionária e a empresa de cartão.	
Taxa de Cartão de Débito	Conforme negociação entre a Concessionária e a empresa de cartão.	
Taxa de repasse aos PDV	Conforme negociação entre a Concessionária e o ponto de venda.	

26. TABELA DE ESTIMATIVA DO FATURAMENTO BRUTO E LÍQUIDO:

Dias úteis/mês	22	dias	11	horas	242	horas
Sábados/mês	4	dias	6	horas	24	horas
TOTAL DE HORAS NO MÊS					266	horas

Descrição	Vagas	Horas/mês	Valor da Hora R\$	Tx. Ocupação estimada	Valor Mensal R\$



Vagas de Automóveis	595	266	1,50	30%	71.221,50
Vagas de Motocicletas	730	266	0,75	30%	43.690,50
Faturamento Bruto Mensal Estimado:					114.912,00
Faturamento Bruto Anual Estimado:					1.378.944,00
Faturamento Bruto Total Estimado da Concessão:					13.789.440,00

TOTAL	Vagas	Valor estimado da contratação 10 anos
Vagas de Automóveis	595	R\$ 13.789.440,00
Vagas de Motocicletas	730	

Estimativa de Repasse		
Receita Bruta Mensal Concessionária		114.912,00
Repasse: Concessionária para Prefeitura	15%	17.236,80

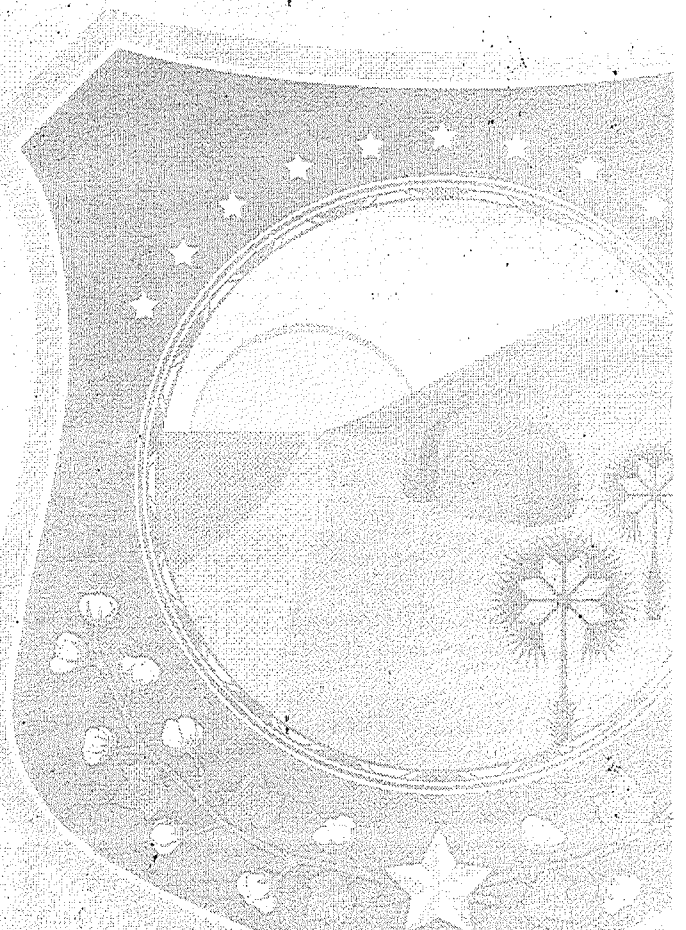
Estimativa de Faturamento Concessionária - 1ª Fase	
Receita Bruta Mensal Concessionária (+)	R\$
Carga Tributária (-)	R\$
Repasse Prefeitura(mínimo 15%)(-)	R\$
Despesas com mão de obra (-)	R\$
Despesas Operacionais (-)	R\$
Amortização do Investimento Inicial em até 4 anos (-)	R\$
Despesas com Custos Variáveis - Estimado em 7% (-)	R\$
Receita Mensal Concessionária (=)	R\$

OBSERVAÇÃO: A concessionária assumirá, em decorrência do contrato, a responsabilidade por eventual frustração de receitas complementares previstas bem como pelos demais riscos inerentes à concessão que não configurem o direito ao econômico-financeiro do contrato.



Anexo II

Roteiro Básico de Testes da Amostra;





ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA

ROTEIRO BÁSICO DE TESTES DA AMOSTRA

O roteiro básico de testes de a amostra descrito a seguir descreve o mínimo de testes que deverão ser realizados, porém a comissão de licitações e sua comissão de julgamento técnico poderão utilizar-se de todo e qualquer item do Termo de Referência e especificações técnicas para solicitar a comprovação de seu total atendimento. O não atendimento de qualquer dos itens solicitados pela comissão de julgamento ensejará a desclassificação da licitante.

APLICATIVO MOTORISTA

Item	Funcionalidades	Atende (A)	Não Atende (NA)
1	O aplicativo a ser utilizado pelo motorista deverá ter a mesma apresentação em ambas as plataformas, IOS (Apple Store) e Android (Google Play).		
2	Efetuar um cadastro de um novo motorista via app		
3	O aplicativo não deverá permitir a aquisição de vaga de estacionamento rotativo pelo usuário, fora do período configurado no sistema de estacionamento rotativo.		
4	Só deverá ser permitido a aquisição de tempo de estacionamento para as vagas apresentadas no sistema de estacionamento rotativo, para os horários de serviço do estacionamento rotativo, em conformidade nos horários cadastrados no sistema.		
5	O usuário quando utilizar o aplicativo para estacionar, enviará automaticamente para o painel de controle os dados de transação como: placa, data, horário, local estacionado e período selecionado.		
6	O usuário quando utilizar o aplicativo para estacionar, enviará automaticamente para o painel de controle os dados de transação como: placa, data, horário, local estacionado e período selecionado.		
7	O aplicativo deverá permitir a inserção de crédito para a utilização de tickets por diferentes meios, como: cartão de crédito, cartão de débito, pix ou código de cartão pré-pago.		
8	O usuário poderá renovar a zona azul quando selecionar por 01 (uma) hora ou 02 (duas) horas, desde que não ultrapasse o limite de 2 (duas) aquisições na mesma vaga.		



9	O aplicativo deverá alertar ao usuário o tempo restante para expirar o tempo adquirido de estacionamento rotativo, os avisos devem ser de 20, 10 e 0 minutos.		
10	Os alertas permitem a remoção ou renovação quando o usuário possuir a possibilidade.		
11	Quando o usuário não possuir crédito deverá ser direcionado diretamente para a tela de compra de créditos.		
12	O aplicativo deverá possuir um chat para acesso às dúvidas, reclamações ou sugestões.		

SISTEMA WEB MOTORISTA

Item	Funcionalidades	Atende (A)	Não Atende (NA)
13	O sistema de estacionamento rotativo deverá possuir um portal WEB para que o usuário possa visualizar seus créditos, transações de compra e ativação.		
14	Através do portal web deverá ser permitido ao usuário cadastrar e apagar placa de veículo		
15	Também deverá ser permitido via portal web a alteração de dados cadastrais. Ao solicitar a troca de senha deverá ser validado através de envio de link de autenticação por e-mail cadastrado.		
16	O portal web deve permitir o cadastro de cartão de crédito		
17	O portal web deve permitir ao usuário ativar a placa do veículo, restringindo até o tempo limite		

APLICATIVO PONTO DE VENDA

Item	Funcionalidades	Atende (A)	Não Atende (NA)
18	O sistema para comercialização do estacionamento rotativo através da utilização em postos credenciados (P.D.V) deverá funcionar; P.O.S.		
19	O aplicativo deverá funcionar em equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G ou superior, com certificação ANATEL, possuir wi-fi e permitir a compra de créditos via débito, crédito e dinheiro.		



20	O dispositivo P.O.S deve ser compatível com a tecnologia NFC e Smart Card para aceitar pagamentos em débito e crédito, assim aumentando as alternativas de pagamento para a escolha do cidadão.		
21	A impressão do comprovante das transações feitas no P.O.S deverão poder ser feitas no próprio equipamento e deverão conter os seguintes dados: data, hora, local, placa do veículo, identificação do estabelecimento.		
22	O ponto de venda (PDV) deverá ser interligado ao painel de controle e enviar para a central de controle todos os dados da transação como: placa, data, horário, período selecionado e com a identificação do PDV		
23	O aplicativo P.D.V deve permitir que os revendedores utilizem como forma de pagamento os sistemas Pós pago.		
24	Quando realizado uma aquisição de tempo de estacionamento rotativo, o aplicativo PDV deve fornecer para o sistema os seguintes dados: o endereço de estacionamento, a placa e período de permanência da vaga de acordo com os limites.		
25	Deverá ser possível ao motorista realizar uma ativação em qualquer PDV, utilizando saldo existente em sua conta, para isto deverá informar a placa do veículo e CPF cadastrado no sistema e depois inserir a senha.		
26	O PDV deverá ser cadastrado e controlado via painel da central de controle, assim como sua taxa de comissão.		
27	O aplicativo PDV deverá possuir histórico de transação para compra e venda de créditos realizados.		
28	O PDV deverá permitir a recarga diretamente na conta dos usuários cadastrados no sistema, utilizando o telefone do usuário cadastrado no sistema.		

APLICATIVO FISCAL

Item	Funcionalidades	Atende (A)	Não Atende (NA)
29	O sistema de fiscalização da zona azul deverá ser integrado ao painel de controle.		
30	O aplicativo utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Android e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido.		



31	O equipamento utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações; tela de no mínimo 4 polegadas, ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth, possuir conexão wifi e 3G ou superior.		
32	Os dados do fiscal para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com pelo menos os seguintes dados: nome, CPF e e-mail		
33	A senha de acesso para o fiscal deve ser cadastrada pelo sistema e só poderá ser substituída pelo painel de controle.		
34	O aplicativo do fiscal deverá fazer a consulta da placa, e o sistema deverá retornar o estado das ativações, informando o tempo restante. Em caso de ausência de ticket o aplicativo do fiscal informará ao centro de controle que a placa está irregular.		

CENTRO DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA - Portal Web

Item	Funcionalidades	Atende (A)	Não Atende (NA)
35	A concessionária deverá possuir um portal web para gerenciamento do estacionamento rotativo digital que permita a visualização em tempo real das vendas, notificações e todas as informações do sistema.		
36	O centro de controle da concessionária deverá permitir o cadastro de todas as informações referentes ao sistema de estacionamento rotativo.		
37	O centro de controle da concessionária deverá permitir o cadastro de todas as regras pertinentes ao funcionamento do estacionamento rotativo e integrar em tempo real as informações nas plataformas dependentes que são os APP'S, PDV's, aplicativo motorista, operador e fiscal.		
38	O centro de controle da concessionária deve permitir a inclusão e exclusão das regras dos sistemas do P.D.V, APPS Fiscais, Monitores e Motorista por meio do portal, fazendo toda a atualização automática no sistema. As regras do sistema de estacionamento rotativo definem a política de valores e horários de funcionamento.		
39	O centro de controle da concessionária deverá permitir o cadastro de regras de funcionamento, com atualização automática para os PDV's, aplicativos motoristas, monitor e fiscal.		
40	O centro de controle da concessionária deverá apresentar a quantidade exata das vagas na tabela após o cadastro.		



41	O centro de controle da concessionária deverá possuir sistema de BIG DATA (grande volume de dados), capaz de gerar relatórios inteligentes em tempo real automaticamente, e permitir exportação dos relatórios.		
42	O centro de controle da concessionária deverá fornecer relatórios em tempo real sobre a quantidade pagantes, notificados, valor arrecadado no dia e permitir a extração deles a qualquer momento, para os devidos usuários registrados e com permissão de acesso a este recurso.		
43	O centro de controle deverá demonstrar relatório detalhado com as ativações dos veículos como placa e data da ativação do serviço no formato: Dia, Semana e Mês		
44	A central de controle deve considerar todos os meios de venda, Smartphones, PDV's, Operadores e nos relatórios separadamente ou em conjunto.		
45	O centro de controle deve demonstrar na tela principal um resumo de toda operação		
46	Os dados de ativações devem constar a quantidade de placas ativas, apresentando número e gráfico progressivo.		
47	O centro de controle deve conter relatórios analíticos das notificações contendo todas as placas, endereços, data e horário.		


Edívar Azevedo Rocha

Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte – AMTI



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA-CE.
REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada a outorga CONCESSÃO ONEROSA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E SIMILARES NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, OPERADOS EM REDE (ONLINE), E AINDA INTEGRADOS A OUTROS MEIOS DE ACESSO E USO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO, COMO MONITORES DA CONCESSIONÁRIA E PONTOS DE VENDA NO COMÉRCIO LOCAL PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS, ALÉM DE APLICATIVO PARA USO DE SMARTPHONES (CELULAR) ANDROID OU IOS PELOS USUÁRIOS.

Prezados Senhores:

Pela presente apresentamos nossa proposta, de conformidade com o EDITAL referido, a saber:

- a) Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade e risco, todos os serviços objeto da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº _____ ofertando à Prefeitura do Município de Itapipoca/CE em remuneração pela outorga da concessão, o percentual mensal de: _____% (_____) sobre o faturamento bruto, conforme planilha de detalhamento dos custos e investimentos que deverá acompanhar a presente proposta.

26. TABELA DE ESTIMATIVA DO FATURAMENTO BRUTO

Dias úteis/mês	22 dias	11 horas	242 horas
Sábados/mês	4 dias	6 horas	24 horas
TOTAL DE HORAS NO MÊS			266 horas

TABELA DE INVESTIMENTOS INICIAIS

INVESTIMENTO INICIAL			
DESCRIÇÃO	QTD	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical de toda a área de Estacionamento Rotativo	1		



Dispositivos portáteis para os monitores	13		
Dispositivos portáteis para os Agentes	2		
Dispositivos portáteis para os Assistentes Operação	2		
Pontos de Vendas	44		
Sinalização Horizontal	1.325		
Sinalização Vertical	135		
Custos com Treinamento	1		
Estruturação da Central de Atendimento ao Público	1		
Jogo de uniformes (Inverno + Verão)	38		
Campanha de Divulgação para o usuário	1		
Outros (especificar)			
Custo Total Investimento Estimado			

1ª FASE	Vagas	Horas/mês	Valor da Hora R\$	Taxa de Ocupação Estimada	Valor Mensal R\$
Vagas de Carros	595	266	1,50	30%	R\$ 71.221,50
Vagas de 730 Motocicleta		266	0,75	30%	R\$ 43.690,50
Faturamento Bruto Mensal Estimado:					R\$ 114.912,00
Faturamento Bruto Anual Estimado:					R\$ 1.378.944,00
Faturamento Bruto Total Estimado (10 anos):					R\$13.789.440,00

- b) Declaramos expressamente que todos os serviços concedidos serão prestados em rigorosa conformidade com os termos, condições e normas definidos no Edital e seus Anexos, dos quais temos pleno conhecimento e manifestamos nossa integral concordância.
- c) Concordamos que nenhum direito à indenização, reembolso ou compensação a quaisquer títulos nos será devido, caso nossa proposta não seja aceita por essa Municipalidade.
- d) Esta Proposta tem validade por 60 (sessenta) dias.

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

Endereço:

Local e Data:

Assinatura do Proponente



ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONCESSÃO

CONTRATO N.º _____

TERMO DE CONCESSÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – AMTI DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA E A EMPRESA
..... Aos (.....) dias do mês de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de **Itapipoca-CE**, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – AMTI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida _____, Nº, - Centro, CEP: _____, Itapipoca (CE), inscrita no C.N.P.J. sob n.º _____, neste ato representada por sua ordenadora de despesas, Senhor.(a)..... a seguir denominado simplesmente “CONTRATADA”; e de outro lado, a Empresa, estabelecida na cidade de, à, n.º, inscrita no C.N.P.J..MF sob n.º, neste ato representada pelo seu representante CPF:, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, na presença de duas testemunhas ao final assinadas, ficou justo e contratado o seguinte, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada a outorga pelo prazo de 10 (dez) anos, de concessão para exploração de estacionamento rotativo remunerado de veículos automotores, mediante a utilização de equipamentos, sistemas, recursos humanos e materiais, em conformidade com o Termo de Referência e com as normas técnicas e operacionais definidas no contrato de concessão, bem como com a legislação municipal e outras aplicáveis, conforme a 22.15.01/CP- Concorrência Pública, proposta comercial e suas especificações, projetos e anexos, os quais fazem parte integrante deste Contrato.

1.2 A prestação dos serviços deverá ser realizada nas seguintes ruas: José do Patrocínio; Rua Pergentina Araújo; Entorno do camelódromo; Rua Hildeberto Barroso; Av. Duque de Caxias; Av. Anastácio Braga; Rua Urbano Barbosa; Rua Eubia Barroso; Rua Dom Aureliano Matos; Rua Inocêncio Braga; Rua Raimundo de Castro; Rua Osvaldo Cruz; Rua José Romero; Rua 7 de Setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E LOCAIS DE EXECUÇÃO

2.1. De vigência: A vigência da outorga da presente concessão será de 10 (dez) anos, a contar da assinatura da concessão, podendo ser renovado por igual período, nos moldes da Lei;

2.2. De início da execução: A proponente, vencedora do certame licitatório, deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação da Concedente, assinar o Termo de Concessão a ela adjudicado.

2.3. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93;



2.4. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência desta Municipalidade não gerará a CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. A Concessionária será responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e outros que resultarem dos compromissos assumidos no contrato, não assumindo o PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade pelo pagamento dos encargos que competirem à mesma, tampouco se obrigando a restituições e reembolsos de valores principais e acessórios, despendidos com tais pagamentos.

3.2. A Concessionária ficará obrigada a adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, devendo prestar total observância às normas de direito do trabalho em especial as relativas à segurança e medicina do trabalho, bem como as medidas relacionadas com o seguro de seus empregados e de terceiros contra tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originárias de acidentes que se verificarem.

3.3. A Concessionária obriga-se a acatar as disposições legais e regulamentares, instruções complementares estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE, bem como colaborar com as ações desenvolvidas por seus prepostos responsáveis pela fiscalização do serviço e, em especial:

3.3.1. Cumprir e colaborar com a autoridade no cumprimento do tempo de permanência dos veículos nos estacionamentos, conforme determinação do PODER CONCEDENTE.

3.3.2. Executar os serviços propostos pelo PODER CONCEDENTE, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência, dentro dos prazos estabelecidos.

3.4. O serviço de operação das áreas destinadas ao estacionamento no PODER CONCEDENTE compreenderá as seguintes obrigações e atribuições da Proponente vencedora:

3.4.1. A Concessionária compromete-se a adquirir, instalar e manter atualizados todos os equipamentos fixos, portáteis ou seus softwares, periféricos, peças de reposição e os acessórios necessários para a execução dos serviços especificados no Anexo I - Termo de Referência.

3.4.2. A Concessionária compromete-se a prestar serviço adequado, obedecendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade, cortesia e segurança, bem como, garantindo a aplicação das leis, normas e regulamentos específicos, colaborando com as autoridades na adoção de medidas que visem à eficácia do sistema de estacionamento rotativo.

3.4.3. A Concessionária compromete-se a projetar, implantar e proceder à manutenção de toda a sinalização de trânsito, precedido de aprovação e sujeito à fiscalização da área técnica responsável do poder Concedente referente ao estacionamento rotativo pago.

3.4.4. A Concessionária compromete-se a efetuar os controles administrativos e financeiros do sistema, proporcionando segurança ao poder Concedente, a possibilidade de verificação da arrecadação do sistema e maior qualidade da prestação dos serviços à população usuária.

3.4.5. A Concessionária compromete-se a instalar sede na área do PODER CONCEDENTE para atendimento ao usuário e utilização como base operacional.



3.4.6. A Concessionária compromete-se a estar capacitado para prestar as informações necessárias aos usuários, recepcionar e responder sugestões e reclamações na sua sede, em campo e através de serviço telefônico.

3.5. A Concessionária compromete-se para fins de execução do objeto deste Edital, a não explorar mão-de-obra infantil, sob pena de rescisão automática e imediata deste ajuste, sem qualquer direito à indenização, nos termos da Constituição Federal, artigo 7º, Inciso XXXIII.

3.6. A transferência direta ou indireta da concessão será admitida nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

CLÁUSULA QUARTA - DA COBRANÇA TARIFÁRIA

4.1. Os veículos, de passeio ou de carga que vierem a ocupar, mais de uma vaga, ou não estiver estacionado em vagas destinadas a eles, desde que informado nas placas de sinalização vertical, estarão sendo considerados infratores, pois estão estacionando em desacordo, mesmo que estiverem adquirido o e-tiquete em quantidade de ocupação para uma ou duas vagas, deverão receber Aviso de Estacionamento de Veículo em Situação Irregular e multa.

4.2. As áreas demarcadas com sinalização de regulamentação para táxi, farmácia, transporte de valores e outros, terão gratuidade, desde que justificadas e autorizadas pelo departamento competente do poder concedente.

4.3. Operações de carga e descarga de mercadorias serão permitidas na área regulamentada, desde que atendam a regulamentação do local, mediante pagamento normal da tarifa e tempo máximo de utilização.

4.4. Estarão isentos do pagamento da tarifa, os veículos Oficiais da União, dos Estados e Municípios, quando a serviço e devidamente identificados e autorizado pelo departamento competente do poder concedente.

4.5. Na hipótese de interrupção parcial ou total das vagas de estacionamento rotativo, objeto da presente concessão, para atos e eventos festivos civicos, sociais, políticos, obras civis, entre outros, o PODER CONCEDENTE deverá comunicar expressamente a Concessionária com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.

4.6. A Concessionária deverá manter registro de todas as operações de entrada de valores do sistema. O mesmo se aplica às movimentações e utilização de outros meios de pagamento implantados no sistema, segundo as regras do Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A Concedente deverá nomear um representante, o qual será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão-de-obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo.



CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

- 6.1. O fornecimento, implantação e administração dos equipamentos eletrônicos de controle conforme Anexo I - Termo de Referência.
- 6.2. A implantação de sistema informatizado de gestão, fiscalização e monitoramento, conforme Anexo I - Termo de Referência.
- 6.3. O fornecimento de senha para acesso ao Portal da Operação (sítio da Internet).
- 6.4. Elaboração de projeto, implantação, manutenção de sinalização horizontal e vertical; realização da identidade visual que será adotada para o sistema nas áreas concedidas.
- 6.5. A implantação e credenciamento de Postos de Venda para comercialização aos usuários de Tíquetes, cartões pré-pagos e cartões emergenciais de preenchimento manual para utilização das vagas de Estacionamento Rotativo Pago.
- 6.6. Manter postos de vendas devidamente identificados, submetendo os modelos de comunicação visual à aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 6.7. Manter o pessoal operativo devidamente uniformizado, segundo padrão submetido à aprovação do PODER CONCEDENTE, sendo o custo pela confecção dos uniformes de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 6.8. Encaminhar mensalmente ao PODER CONCEDENTE, todos os dados gerenciais do sistema.
- 6.9. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de impostos e outros encargos que competirem à CONCESSIONÁRIA, não cabendo-lhe direitos de pleitear do PODER CONCEDENTE qualquer situação ou reembolso de quantias principais ou acessórias.
- 6.10. Repassar mensalmente ao PODER CONCEDENTE o valor equivalente ao da proposta ofertada.
 - 6.10.1. Fica concedida pelo PODER CONCEDENTE uma carência de 03 (três) meses, contados do início da operação, de isenção de repasses, devendo a CONCESSIONÁRIA começar a efetuar os a partir do faturamento referente ao quarto mês de operação.
 - 6.10.2. A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o repasse mensalmente até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte ao da arrecadação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBROGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

- 7.1. Demarcar as 1.325 (mil trezentos e vinte e cinco vagas).
 - 7.1.1. A implantação deverá ser efetuada pela Concessionária em até 90 (noventa) dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço.
 - 7.1.2. O total de vagas previstas é de 1.325 (mil trezentos e vinte e cinco) vagas.
- 7.2. Demarcar as vagas especiais (vagas de curta duração/idoso/deficiente físico), nos termos da legislação de trânsito; sendo estas isentas de preço público para o estacionamento regular.
- 7.3. Nos primeiros 15 (quinze) dias de funcionamento, deverá disponibilizar número suficiente de funcionários para orientar os usuários sobre a forma de funcionamento do novo sistema, evitando desta forma qualquer tipo de desconforto à população.
- 7.4. Responsabilizar-se pela contratação e remuneração dos Pontos de Venda (PDV) e das operadoras de cartão de crédito e débito, necessárias a implantação e funcionamento do sistema, conforme fixado neste termo de referência;



- 7.5. Deverá apresentar à Concedente anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício fiscal, o balanço patrimonial, de resultado econômico anual, os livros obrigatórios escriturados na forma da legislação civil.
- 7.6. Realizar a implantação do Sistema de Estacionamento Rotativo em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e anexos.
- 7.7. Prestar serviço adequado, obedecendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, cortesia e segurança, na forma prevista na legislação.
- 7.8. Executar os serviços objeto da Concessão de acordo com as melhores técnicas aplicáveis a trabalhos de sua natureza, com zelo e diligência, bem como a mais rigorosa observância às especificações previstas neste Termo de Referência, normas do serviço e demais detalhes e ordens que emanarem do Poder Concedente.
- 7.9. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do contrato.
- 7.10. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos serviços.
- 7.11. Iniciar a gestão e exploração do Sistema de Estacionamento Rotativo, incluindo a modernização, operação e manutenção nos prazos estabelecidos em contrato, conforme fases e etapas de implantação, exceto quando este prazo for prorrogado pelo Poder Concedente, em razão de interesse público.
- 7.12. Adquirir, instalar e manter atualizados todos os equipamentos, softwares, periféricos, peças de reposição e acessórios necessários para a execução dos serviços.
- 7.13. Responsabiliza-se integralmente pela guarda dos equipamentos e materiais objeto do contrato de Concessão.
- 7.14. Fornecer a mão de obra necessária, arcando com todas as despesas relativas a salários, encargos, direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor. Nenhum vínculo trabalhista se estabelecerá entre os empregados da Concessionária, ou de terceiros que venha contratar, e o Poder Concedente.
- 7.15. Responsabilizar-se pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, inclusive de terceiros, devendo mantê-los em serviço, uniformizados, com identificação e plenamente capacitados a executar suas funções.
- 7.16. Instalar unidade econômica e profissional no Município de Itapipoca/CE, bem como criar e manter a central de atendimento aos usuários do sistema, inclusive via telefone, para prestar serviço de informação e reclamação atuando no horário de operação do sistema.
- 7.17. Acatar as disposições legais e regulamentares estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como colaborar com as ações desenvolvidas por seus prepostos responsáveis pela fiscalização dos serviços.
- 7.18. Colaborar com os Agentes da Autoridade de Trânsito no cumprimento do tempo máximo de permanência dos veículos nos estacionamentos, conforme determinado no Regulamento do Sistema.
- 7.19. Comunicar os Agentes da Autoridade de Trânsito os veículos encontrados em estacionamento irregular.
- 7.20. Manter postos de vendas credenciados, devidamente identificados, na quantidade estipulada neste Termo de Referência.



- 7.21. Projetar, implantar e manter a sinalização horizontal e vertical em toda a área de abrangência do sistema, precedida de aprovação e sujeita à fiscalização do Poder Concedente; A sinalização viária horizontal e vertical, no âmbito de abrangência do estacionamento rotativo, incluindo as vagas especiais (vagas de curta duração/idoso/deficiente físico/carga e descarga) é de responsabilidade da concessionária, devendo a sinalização horizontal e a sinalização vertical ser renovada sempre que necessário e mantida limpa. Ao final do contrato, toda a sinalização viária será revertida para o município.
- 7.22. Efetuar os controles administrativos e financeiros, proporcionando segurança e transparência na verificação da arrecadação do sistema e encaminhando mensalmente todos os dados gerenciais ao Poder Concedente.
- 7.23. Repassar mensalmente ao Poder Concedente o valor da obrigação onerosa conforme estabelecido no procedimento licitatório e condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 7.24. Promover campanha publicitária educativa e promocional, orientando o usuário quanto às regras de utilização do sistema.
- 7.25. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos em razão dos serviços objeto da Concessão, qualquer que seja a sua natureza, mantendo-se em dia com o pagamento das obrigações fiscais e sociais, apresentando, sempre que forem solicitadas, cópias das guias de recolhimento referentes ao mês anterior do último exigível.
- 7.26. Responsabilizar-se com exclusividade por quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados ao Poder Concedente ou a terceiros.
- 7.27. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas realizadas, seja na fase de proposta, projetos, estudos, execução de obras, operação do sistema, administração ou outros ônus decorrentes da Concessão.
- 7.28. Manter atualizado o inventário e o registro dos bens vinculados à Concessão.
- 7.29. Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente.
- 7.30. Não ceder, transferir, sub-rogar, arrendar ou de qualquer outra forma passar a terceiros o contrato oriundo da Concessão, sem anuência prévia do Concedente, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual.
- 7.31. Responsabilizar-se pelos danos causados aos bens utilizados no serviço, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à atuação da fiscalização do Concedente.
- 7.32. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, excetuando fiscais e técnicos vinculados à Concedente.
- 7.33. Responder, nos termos da lei, por quaisquer prejuízos causados ao Poder Público Municipal, aos usuários ou terceiros no exercício da execução das atividades da Concessão, não sendo imputável à Concedente qualquer responsabilidade, direta ou indireta; a fiscalização exercida pelo Concedente não exclui ou atenua essa responsabilidade.
- 7.34. Responder nos termos da relação comitente comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução de atividades vinculadas à Concessão.



- 7.35. Comprometer-se em manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.36. A Concessionária fica incumbida de promover a correção de eventuais falhas do sistema, independente da sua causa, sem prejuízo de posteriormente responsabilizar o real causador da falha.
- 7.37. A Concessionária fica incumbida de promover as alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de lei ou atualização de software, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas e que permitam a sua ideal operacionalização ou a otimização de seu funcionamento.
- 7.38. Zelar para que nos seus contratos com terceiros, com objeto integrado às atividades da Concessão, sejam rigorosamente observadas às regras do Contrato firmado com o Poder Público e demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, sobretudo no que diz respeito às medidas de salvaguarda dos usuários, do pessoal afeto à Concessão e do meio ambiente.
- 7.39. Responsabilizar-se perante o Concedente, em contratar apenas entidades que detenham capacidade técnica e profissional adequada.
- 7.40. Obter todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades vinculadas à Concessão.
- 7.41. Obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional, estadual e municipal relativa à matéria de proteção ambiental, bem como à saúde e à sanidade. O Concedente poderá exigir da Concessionária durante a Concessão, que adote medidas de proteção e recuperação do meio ambiente, da saúde e da sanidade, inclusive por intermédio de novas obras e serviços não previstos inicialmente, observado o que dispõe a respeito deste Contrato, sempre e preservando o inicial equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE/CONTRATANTE

- 8.1. Comunicar a concessionária, com a antecedência necessária, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 8.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da concessão, as cláusulas contratuais, aplicar as penalidades inerentes e exercer a fiscalização de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro, através de seus Agentes da Autoridade de Trânsito.
- 8.3. Efetuar a fiscalização do serviço objeto desta licitação, através dos Agentes da Autoridade de Trânsito, aplicando as penalidades aos infratores que deixarem de efetuar o pagamento das tarifas e arrecadando as multas decorrentes.
- 8.4. Garantir a eficácia do sistema de estacionamento rotativo, objeto da presente concessão, dando pleno apoio ao concessionário na sua atuação, colocando permanentemente disponíveis, durante o período de funcionamento do sistema, Agentes da Autoridade de Trânsito com poder necessário de atuação com a finalidade de firmar os autos de infração dos veículos estacionados irregularmente na vaga e/ou em locais proibidos, de acordo com o estabelecido na legislação e neste edital.



- 8.5. Responsabilizar-se por eventual fiscalização falha quanto à aplicação das penalidades aos infratores.
- 8.6. Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos do Edital e de seus Anexos, adotando e tomando todas as providências necessárias.
- 8.7. Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei.
- 8.8. Extinguir o contrato nos casos previstos em lei.
- 8.9. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.
- 8.10. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.
- 8.11. Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos do contrato, adotando e tomando todas as providências em prazo não superior a 90 (noventa) dias úteis da data da comunicação efetuada pela concessionária.
- 8.12. Indicar profissionais que fiscalizarão os serviços e o relacionamento com a concessionária.
- 8.13. Proceder a análise e aprovação do projeto a ser implantado e submetido pela concessionária, de acordo com o Termo de Referência, autorizando em seguida o início da operação.
- 8.14. Liberar as áreas objeto do contrato totalmente desembaraçadas administrativa e judicialmente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato.
- 8.15. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 8.16. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Concessionária durante o prazo de vigência do Contrato.
- 8.17. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato.
- 8.18. Fiscalizar a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.
- 8.19. Fornecer para a Concessionária quando solicitado, Atestado Técnico, descrevendo e especificando os serviços executados de acordo com o objeto do Edital e de seus Anexos, conforme art. 30, § 4º, da Lei Federal no 8.666/93.
- 8.20 A CONCEDENTE poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA a criação de vagas de estacionamento rotativo com tempos de permanência e valores diferenciados em vias e logradouros das áreas já autorizadas ao Sistema, quando se fizer necessário para gerar rotatividade em subáreas de alta demanda por vagas ou para criação de bolsões com horário e tarifa diferenciada

CLÁUSULA NONA - DA TARIFA POR VAGA E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. TARIFA POR VAGA ZONA AZUL

9.1.1. A tarifa pública pela utilização da vaga será de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos por uma hora) para carros e R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos por hora) para motocicleta podendo chegar até 2 horas para ambos os casos, regulamentada pelo Poder Concedente, que passará a ser cobrada dos usuários do serviço público nas áreas regulamentadas.



9.1.1.1. O tempo máximo de permanência do veículo em uma mesma vaga é de 2 (duas) horas. O excedente será cobrado conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.

9.2. As tarifas serão pagas diretamente pelos usuários à Concessionária, e será de sua responsabilidade a administração destes valores.

9.3. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela integridade e guarda dos meios de pagamento descritos na presente cláusula, que deverão ser estocados, sob sua responsabilidade, em local com condições de armazenamento e de segurança, compatíveis com o produto em questão.

9.4 A fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do sistema e sua viabilidade, a Departamento de Trânsito analisará, anualmente, as solicitações de reajustes das tarifas através do IGPM, tomando como base os valores iniciais fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO E REVISÃO DA TARIFA

10.1. Os pagamentos serão efetuados pela CONCESSIONÁRIA, mensalmente, até o dia 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante será mediante emissão de DAM, que deverá ser pago até o 10º dia do mês, observando o valor ofertado neste pleito equivalente a um percentual do total da receita bruta auferida pela exploração do serviço. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, cópia do comprovante do depósito mensal até o dia 20 (vinte) do mês subsequente.

10.1.1. Fica a Concessionária, durante os 03 (três) primeiros meses de contrato, isenta de efetuar qualquer repasse financeiro, devendo, portanto, efetuar o repasse a partir do quarto mês de operação, tomando como base de cálculo o faturamento do mês anterior.

O valor a ser recolhido em favor da prefeitura municipal de Itapipoca, será mediante emissão de DAM, que deverá ser pago até o 10º dia do mês, observando o valor ofertado neste pleito equivalente a um percentual do total da receita bruta auferida pela exploração do serviço e conforme estabelecido na Lei Municipal nº **070/2022** será repassado pela **CONCESSIONÁRIA** a **CONCEDENTE** mensalmente, em conta a ser indicada pela **CONCEDENTE**

10.2. A revisão do valor da tarifa se dará por iniciativa do Poder Concedente, por solicitação da Concessionária, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro da concessão, observando-se as regras no Termo de Referência, observando a fórmula de reajuste abaixo:

$$VT=0,70 \times IPC + 0,30 \times IC$$

Onde:

VT = Valor de tarifa;

IPC= Índice de variação anual do piso salarial da categoria;

IC= Índice de Correção onde será considerada a variação anual do IGPM

10.2.1. A modificação das condições regulamentares do serviço que implique aumento dos encargos da Concessionária corresponderá à revisão das tarifas, na mesma proporção do percentual ofertado;



10.2.2. O preço da tarifa está estabelecido no Edital e será revisado após o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação, obedecidas às regras previstas na Lei Federal nº. 8.987/95.

10.2.3. Quando o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão for provocado pela ocorrência de fatos ou eventos supervenientes e imprevisíveis que alterem as condições iniciais da prestação dos serviços, a revisão se fará após a comprovação de que tal ocorrência guarda relação com as alterações verificadas.

10.2.4. Não terá lugar à revisão de tarifas quando a justificativa do pedido de revisão que se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL da Concessão do Serviço.

10.2.5. Poderá o Poder Concedente determinar a redução do valor do repasse relativo ao ônus da concessão, visando o estabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, caso os reajustes necessários venham a elevar significativamente o valor das tarifas aos usuários, visando à modicidade das tarifas.

10.2.6. A Proponente poderá viabilizar como fonte de receitas alternativas a comercialização dos espaços reservados para sinalização do Sistema, bem como os espaços não utilizados nos cartões para realizações de promoções e propaganda para si ou para terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

11.1. A implantação deverá ser efetuada pela Concessionária até 90 (noventa) dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço.

11.1.1. A expressão "dias trabalháveis" se refere aos dias efetivos de trabalho, sendo o contrário dos "dias de paralisações", ou sem atividade devido às chuvas, umidade do solo e aos feriados tradicionais.

11.2. Implantado o Estacionamento Rotativo Pago, sua ampliação para outras áreas destinadas à expansão do sistema somente poderá ser realizada a partir da solicitação feita pela Concedente, conforme sua necessidade e de acordo com as modificações que ocorrerem no trânsito interno.

11.3. Ocorrendo necessidade de alteração do prazo, tal fato deverá ser objeto de comunicação expressa da Concessionária à Concedente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do fato gerador.

11.4. O Prazo contratual somente será revisto, quando seu descumprimento estiver embasado nos motivos de força maior, greves ou por motivos imputáveis ao PODER CONCEDENTE.

11.5. Ocorrendo a necessidade de alteração do prazo, com base nos motivos previstos no subitem anterior, tal fato deverá ser objeto de comunicação expressa da CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do fato gerador.

11.6. Serão descontados os dias de impossibilidade de trabalho, desde que decorram de motivos plenamente justificáveis e aceitos.

11.7. As interrupções somente serão aceitas pelo PODER CONCEDENTE se os fatos causadores das ocorrências forem devidamente comprovados e desde que os mesmos não decorram, direta ou indiretamente, de conduta dolosa ou culposa da CONCESSIONÁRIA.



11.8. Nenhuma penalidade será aplicada à CONCESSIONÁRIA, na eventualidade de ocorrência de fatos que estejam fora do seu controle, tais como, atrasos devido à greve de fabricantes de equipamentos, greves ou atrasos imprevistos dos correios, atrasos de caráter alfandegário, falhas da Administração em aprovar novas áreas para a instalação de equipamentos ou para aprovação de uma área para iniciação dos serviços, ou qualquer outra falha devido ao Município, devendo, todavia, a CONCESSIONÁRIA, informar imediatamente ao PODER CONCEDENTE a ocorrência de todo e qualquer atraso e/ou falha verificada.

11.9. Este contrato perdurará pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante renovação e acordo entre as partes, sendo sua prorrogação automática se não houver manifestação de qualquer das partes 180 (cento e oitenta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. A recusa da CONCESSIONÁRIA em assinar o Contrato de Concessão de Serviço Público, aceitá-lo ou retirá-lo dentro do prazo de vigência da proposta, caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas, ficando a mesma considerada desclassificada.

12.2. Pela inexecução total ou parcial por parte da CONCESSIONÁRIA, além das medidas e penalidades previstas no contrato de concessão de serviço público, deverá a mesma sujeitar-se ao pagamento das seguintes multas:

12.2.1. Pagamento de 1% (um por cento) do valor ajustado no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade.

12.2.2. Pagamento de 0,1% (um décimo por cento) do valor ajustado, nos seguintes casos:

a) por dia de atraso no início da sua execução, sem motivos justificativos e aceitos pelo PODER CONCEDENTE.

b) por dia de paralisação da sua execução, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo PODER CONCEDENTE.

c) pelo descumprimento de quaisquer cláusulas da concessão, excetuadas aquelas para os quais as sanções estejam especificamente estabelecidas, será aplicável a multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor ajustado, sendo elevada ao dobro nos casos de reincidência.

12.3. As multas previstas neste item serão acrescidas em moeda corrente dos pagamentos mensais devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

12.4. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONCESSIONÁRIA às demais penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.1 A rescisão da concessão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, dentre eles:

a) não cumprimento ou o cumprimento irregular pela contratada de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) lentidão no cumprimento do Termo de Concessão, levando o Município a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços no prazo estipulado;

c) atraso injustificado no início da execução dos serviços;



- d) paralisação dos trabalhos sem justa causa e prévia comunicação ao Município, por prazo superior a 5 (cinco) dias
- e) subcontratação total do objeto contratado, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidos no Termo de Concessão;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pelo Município pela fiscalização da execução do Termo de Concessão, assim como as de seus superiores;
- g) cometimento reiterado de faltas na execução;
- h) decretação de falência da contratada;
- i) dissolução da sociedade;
- j) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que prejudique a execução do Termo de Concessão;
- k) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal;
- l) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva a execução do Termo de Concessão;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se à prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor previsto da arrecadação total do contrato de 10 anos, podendo optar dentre as modalidades assecuratórias legalmente discriminadas art. 56, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

14.1.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo da garantia oferecida, caso expire a validade da mesma antes do encerramento do contrato.

14.1.2. Em havendo aditamento do valor contratual a CONCESSIONÁRIA deverá proceder, em até 10 (dez) dias, ao aditamento da caução, de modo a manter-se a garantia inicial.

14.2. A "CONCESSIONÁRIA" obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo da garantia oferecida, caso a mesma venha a vencer antes do recebimento definitivo dos serviços.

14.3. A devolução da garantia ofertada será procedida após o encerramento do contrato, desde que restarem cumpridas todas as obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades supervenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A "CONCESSIONÁRIA" deverá efetuar o registro deste contrato segundo exigência da Resolução nº 425, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia às suas expensas, ficando responsável por eventuais ônus que causar ao "PODER CONCEDENTE", caso descumpra essa obrigação.

15.2. A "CONCESSIONÁRIA" obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena das sanções cabíveis.

15.3. Este contrato não poderá ser transferido no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da "PODER CONCEDENTE", sob pena de ser o mesmo rescindido automaticamente.



15.4. A extinção da concessão se dará somente nos termos dos artigos 35 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/95.

15.5. Os serviços não poderão ser paralisadas por mais de 24 (vinte e quatro) horas, em sua execução, sem prévia justificativa aceita pela fiscalização.

15.6 A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, uso de material, não respondendo a PREFEITURA, em hipótese alguma, por ressarcimentos e indenizações, seja a que título for. Serão também da inteira responsabilidade da CONTRATADA todos os seguros necessários, inclusive os de responsabilidade civil e o ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

15.7. Independentemente da rescisão contratual, a PREFEITURA poderá assumir direta ou indiretamente a execução dos serviços na hipótese de a CONTRATADA não conseguir deter movimento grevista que paralise a execução dos serviços.

15.8. É vedado à CONTRATADA subcontratar ou transferir o contrato, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável ao assunto e, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93, com a redação introduzida pela Lei Federal nº 8.883/94.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapipoca, Estado de Ceará, para dirimir as eventuais dúvidas surgidas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas adiante identificadas.

ITAPIPOCA-CE, de de

CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG.:

NOME:

RG.: